



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Objeto do Aditivo: Prorrogar a vigência do contrato nº 16344, por mais 12 (doze) meses. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato e aditivos, que não colidirem com as deste termo.

Órgão Superior: Ministério da Educação
 Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
 Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
 Nº do Aditivo: 16345
 Contratada: Boston Scientific do Brasil Ltda
 Data da Assinatura: 30/05/2016
 Data da Publicação no DOU: 13/06/2016
 Nº do Processo: 132.543

Objeto do Aditivo: Prorrogar a vigência do contrato nº 16345, por mais 12 (doze) meses. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato e aditivos, que não colidirem com as deste termo.

Órgão Superior: Ministério da Educação
 Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
 Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
 Nº do Aditivo: 16366
 Contratada: Medigram Distribuidora de Medicamentos Ltda-ME
 Data da Assinatura: 27/05/2016
 Data da Publicação no DOU: 13/06/2016
 Nº do Processo: 132.747

Objeto do Aditivo: Prorrogar a vigência do contrato nº 16366, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 30 de junho de 2016. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato e aditivos, que não colidirem com as deste termo.

Órgão Superior: Ministério da Educação
 Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
 Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
 Nº do Aditivo: 16377
 Contratada: Specialab Produtos de Laboratórios Ltda-EPP
 Data da Assinatura: 30/05/2016
 Data da Publicação no DOU: 13/06/2016
 Nº do Processo: 132.794

Objeto do Aditivo: Prorrogar a vigência do contrato nº 16377, por mais 12 (doze) meses. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato e aditivos, que não colidirem com as deste termo.

Órgão Superior: Ministério da Educação
 Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
 Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
 Nº do Aditivo: 16378
 Contratada: Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A
 Data da Assinatura: 01/06/2016
 Data da Publicação no DOU: 13/06/2016
 Nº do Processo: 132.875

Objeto do Aditivo: Prorrogar a vigência do contrato nº 16378, por mais 12 (doze) meses. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato e aditivos, que não colidirem com as deste termo.

Órgão Superior: Ministério da Educação
 Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
 Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
 Nº do Aditivo: 16413
 Contratada: Laboratórios B. Braun S/A
 Data da Assinatura: 31/05/2016
 Data da Publicação no DOU: 13/06/2016
 Nº do Processo: 132.932

Objeto do Aditivo: Prorrogar a vigência do contrato nº 16413, por mais 12 (doze) meses. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato e aditivos, que não colidirem com as deste termo.

Porto Alegre, 10 de junho de 2016.
 SÔNIA CRISTINA SALOMÃO FERREIRA
 Coordenadora de Suprimentos

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

AVISO DE LICITAÇÃO
 PREGÃO Nº 7/2016 - UASG 152004

Nº Processo: 23119000288201585 . Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de prestação de serviços especializados de anestesiologia, com ou sem sedação, necessários para a execução das cirurgias realizadas no centro cirúrgico da Divisão de Pesquisa e Atendimento Médico, Odontológico e Nutricional ? DPMO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 13/06/2016 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 16h00. Endereço: Avenida Pasteur,350/368-urca-rio de Janeiro RIO DE JANEIRO - RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/152004-05-7-2016. Entrega das Propostas: a partir de 13/06/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/06/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ELAINE SOUZA DA SILVA
 Pregoeira

(SIDE - 10/06/2016) 152004-00001-2016NE000810

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016061300033

ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 01/2016.
 CONTRATANTE: INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS.
 CONTRATADO: MARCOS ANDRÉ DE ALMEIDA QUEIROZ
 OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 039/2015, pelo prazo de 12 (doze) meses.
 DATA DE ASSINATURA: 16/05/2016. ASSINATURAS: Sérgio Teixeira Costa - Contratante e Marcos André de Almeida Queiroz - Contratado.

**EDITAL
 RETIFICAÇÃO DOS EDITAIS Nº 59 E 60/2016**

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias resolve RETIFICAR os Editais nºs 59 e 60/2016 - CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, de 13/05/2016, publicado no D.O.U. de 13/05/2016, Seção 3, p. 46-72, nos seguintes termos:
 No Anexo III do Edital 59/2016, onde se lê:
 Anexo III

EVENTO	DATAS PROVÁVEIS
Publicação do Edital	13/05/2016
Inscrições	13/05/2016 a 12/06/2016
Pagamento da taxa de inscrição	13/05/2016 a 13/06/2016
Solicitação de isenção de taxa de inscrição	13/05/2016 a 21/05/2016
Resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	30/05/2016
Prazo para recurso contra resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	31/05/2016
Resultado final das solicitações de isenção de taxa de inscrição	09/06/2016
Prazo para entrega de requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	13/05/2016 a 13/06/2016
Divulgação do resultado preliminar dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	01/07/2016
Prazo para recurso contra o resultado preliminar de condição especial para realização da Prova Objetiva	04/07/2016 a 06/07/2016
Divulgação do resultado final dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	15/07/2016
Prazo para entrega de documentação comprobatória para concorrer às vagas destinadas a deficientes	13/05/2016 a 13/06/2016
Publicação da relação de candidatos com inscrições deferidas para concorrer às vagas destinadas a deficientes	05/08/2016
Disponibilização de cartão de inscrição da Prova Objetiva	20/09/2016
Aplicação da Prova Objetiva	25/09/2016
Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva	29/09/2016
Prazo para recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva	30/09/2016 a 02/10/2016
Resultado Final do Concurso Público	04/11/2016

Leia-se:
 Anexo III

EVENTO	DATAS PROVÁVEIS
Publicação do Edital	13/05/2016
Inscrições	13/05/2016 a 26/06/2016
Pagamento da taxa de inscrição	13/05/2016 a 27/06/2016
Solicitação de isenção de taxa de inscrição	13/05/2016 a 21/05/2016
Resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	02/06/2016
Prazo para recurso contra resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	03/06/2016
Resultado final das solicitações de isenção de taxa de inscrição	10/06/2016
Prazo para entrega de requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	13/05/2016 a 27/06/2016
Divulgação do resultado preliminar dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	08/07/2016
Prazo para recurso contra o resultado preliminar de condição especial para realização da Prova Objetiva	11/07/2016 a 13/07/2016
Divulgação do resultado final dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	29/07/2016
Prazo para entrega de documentação comprobatória para concorrer às vagas destinadas a deficientes	13/05/2016 a 27/06/2016
Publicação da relação de candidatos com inscrições deferidas para concorrer às vagas destinadas a deficientes	05/08/2016
Disponibilização de cartão de inscrição da Prova Objetiva	20/09/2016
Aplicação da Prova Objetiva	25/09/2016
Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva	29/09/2016
Prazo para recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva	30/09/2016 a 02/10/2016
Resultado Final do Concurso Público	04/11/2016

No Anexo III do Edital 60/2016, onde se lê:
 Anexo III

EVENTO	DATAS PROVÁVEIS
Publicação do Edital	13/05/2016
Inscrições	13/05/2016 a 12/06/2016
Pagamento da taxa de inscrição	13/05/2016 a 13/06/2016
Solicitação de isenção de taxa de inscrição	13/05/2016 a 21/05/2016
Resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	30/05/2016
Prazo para recurso contra resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	31/05/2016
Resultado final das solicitações de isenção de taxa de inscrição	09/06/2016
Prazo para entrega de requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	13/05/2016 a 13/06/2016
Divulgação do resultado preliminar dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	01/07/2016
Prazo para recurso contra o resultado preliminar de condição especial para realização da Prova Objetiva	04/07/2016 a 06/07/2016
Divulgação do resultado final dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	15/07/2016
Prazo para entrega de documentação comprobatória para concorrer às vagas destinadas a deficientes	13/05/2016 a 13/06/2016
Publicação da relação de candidatos com inscrições deferidas para concorrer às vagas destinadas a deficientes	05/08/2016
Disponibilização de cartão de inscrição da Prova Objetiva	18/10/2016
Aplicação da Prova Objetiva	23/10/2016
Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva	27/10/2016
Prazo para recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva	28/10/2016 a 30/10/2016
Resultado Final do Concurso Público	09/12/2016

Leia-se:
 Anexo III

EVENTO	DATAS PROVÁVEIS
Publicação do Edital	13/05/2016
Inscrições	13/05/2016 a 26/06/2016
Pagamento da taxa de inscrição	13/05/2016 a 27/06/2016
Solicitação de isenção de taxa de inscrição	13/05/2016 a 21/05/2016
Resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	02/06/2016
Prazo para recurso contra resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	03/06/2016
Resultado final das solicitações de isenção de taxa de inscrição	10/06/2016
Prazo para entrega de requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	13/05/2016 a 27/06/2016
Divulgação do resultado preliminar dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	08/07/2016
Prazo para recurso contra o resultado preliminar de condição especial para realização da Prova Objetiva	11/07/2016 a 13/07/2016
Divulgação do resultado final dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	29/07/2016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Prazo para entrega de documentação comprobatória para concorrer às vagas destinadas a deficientes	13/05/2016 a 27/06/2016
Publicação da relação de candidatos com inscrições deferidas para concorrer às vagas destinadas a deficientes	05/08/2016
Disponibilização de cartão de inscrição da Prova Objetiva	18/10/2016
Aplicação da Prova Objetiva	23/10/2016
Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva	27/10/2016
Prazo para recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva	28/10/2016 a 30/10/2016
Resultado Final do Concurso Público	09/12/2016
Publicação do Edital	13/05/2016
Inscrições	13/05/2016 a 12/06/2016

Ficam mantidas as demais disposições editalícias.

SÉRGIO TEIXEIRA COSTA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS-ZONA LESTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2016 - UASG 158561

Nº Processo: 23443001670201613.

DISPENSA Nº 2/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DO, CNPJ Contratado: 02341467000120. Contratado: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA-S/A. Objeto: O presente contrato tem como objeto regular, exclusivamente, as condições de fornecimento de energia elétrica para o IFAM - Campus Tabatinga, segundo a estrutura tarifária convencional, grupo "A", subgrupo "A-4". Fundamento Legal: Art. 24, inciso XXII da Lei 8.666/93. Vigência: 01/05/2016 a 30/04/2017. Valor Total: R\$144.000,00. Fonte: 112000000 - 2016NE800035. Data de Assinatura: 22/04/2016.

(SICON - 10/06/2016) 158561-26403-2016NE800029

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 2/2016 - UASG 158444

Nº Processo: 23073000477201611. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 13/06/2016 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Av. Cosme Ferreira 8045 - Bairro São José Operário MANAUS - AM ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158444-05-2-2016. Entrega das Propostas: a partir de 13/06/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 23/06/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Maiores informações pelo email cpl.cmz@ifam.edu.br

ALDENIR DE CARVALHO CAETANO
Diretor Geral

(SIDE - 10/06/2016) 158444-26403-2016NE800058

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 158145

Número do Contrato: 6/2015. Nº Processo: 23278011724201575. PREGÃO SRP Nº 8/2014. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DA, CNPJ Contratado: 00604122000197. Contratado: TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA -Objeto: Acréscimo de valor no Contrato nº 06/2015. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor Total: R\$129.890,75. Fonte: 112000000 - 2015NE800436. Data de Assinatura: 22/12/2015.

(SICON - 10/06/2016) 158145-26427-2016NE800015

EDITAL Nº 3, DE 10 DE JUNHO DE 2016
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA
CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR SUBSTITUTO

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade temporária de excepcional interesse público, e considerando o disposto no Art. 7º, inciso II, do Decreto nº 7.312, de 22/09/2010, publicado no DOU de 23/09/2010, torna pública a abertura das inscrições para o processo seletivo simplificado destinado a contratação de professores substitutos, nos termos do Art. 2º, inciso IV, da Lei nº 8.745, de 09/12/1993, publicada no DOU de 10/12/1993, e de suas respectivas alterações.

1. DA LOTAÇÃO, DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO, DO REGIME DE TRABALHO, DAS VAGAS, DA FORMAÇÃO ACADÊMICA EXIGIDA E DA REMUNERAÇÃO MENSAL.
1.1. As informações referentes à lotação, áreas de conhecimento, regimes de trabalho, número de vagas, formação acadêmica exigida e remuneração mensal estão dispostas no Anexo I deste edital.

2. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO.

2.1. A celebração do contrato com o Instituto Federal da Bahia está condicionada ao atendimento, pelo candidato, dos seguintes requisitos:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ainda, no caso de estrangeiro, estar com situação regular no país por intermédio de visto permanente ou temporário que o habilite a trabalhar no território nacional;
- Apresentar o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), em caso de nacionalidade estrangeira;
- No caso de nacionalidade portuguesa, o candidato deverá estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do Decreto nº 70.436, de 18/04/1972;
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
- Possuir formação acadêmica exigida na área de conhecimento para a qual concorrer, conforme estabelecido no Anexo I;

- Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- Possuir aptidão física e mental para o exercício da função;

i) Não ser novamente contratado, com fundamento na Lei nº 8.745/93, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de contrato anterior;

j) Não ser servidor ocupante de cargo efetivo integrante das carreiras de magistério de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

2.2. Diplomas expedidos por universidades estrangeiras deverão estar devidamente revalidados e registrados, conforme legislação brasileira.

2.3. A não comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no subitem 2.1 e daqueles que vierem a ser estabelecidos neste edital, impedirá a contratação do candidato.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição no processo seletivo simplificado implica, desde logo, no conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas neste edital e nos seus anexos, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.2. As inscrições estarão abertas no período de 13/06/2016 a 03/07/2016, podendo ser prorrogado a critério do IFBA.

3.3. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente pela internet, através do site www.ifba.edu.br.

3.4. Para formalizar a inscrição, o candidato deverá:

- Acessar o edital e a ficha de inscrição, disponibilizados no site indicado no subitem 3.3;
- Preencher a ficha de inscrição e transmiti-la via internet, conforme instruções no referido site;
- Imprimir o boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição;

d) Efetuar o pagamento do boleto bancário correspondente à taxa de inscrição, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais), imprezivelmente até o dia 04/07/2016;

e) Consultar, a partir do dia 07/07/2016, via internet e no mesmo site, se sua inscrição foi homologada.

3.5. O IFBA não se responsabiliza por inscrição não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.6. A inscrição somente será efetivada mediante confirmação bancária do respectivo recolhimento.

3.7. Todas as etapas da inscrição deverão estar rigorosamente cumpridas até o último dia de inscrição, exceto o pagamento do boleto bancário que será aceito até o primeiro dia útil após o encerramento das inscrições.

3.8. Não será válida a inscrição cujo pagamento seja realizado em desacordo com as condições previstas neste edital.

3.9. Poderá haver isenção do pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que declararem e comprovarem hipossuficiência de recursos financeiros para pagamento da referida taxa, nos termos do Decreto nº 6.593/08, e deste edital.

3.10. Fará jus à referida isenção o candidato que:

a) Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº. 6.135 de 26/06/07; e

b) For membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto 6.135/07, de 26/06/07.

3.11. O candidato que preencher os requisitos descritos no subitem 3.10 e desejar solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição deverá fazê-la no período de 13/06/2016 a 20/06/2016.

3.12. A solicitação de isenção deverá ser requerida durante a inscrição, via internet, onde o candidato terá, obrigatoriamente, que indicar o seu Número de Identificação Social - NIS atribuído pelo CadÚnico, bem como, declarar-se membro de "família de baixa renda", nos termos da alínea "b" do subitem 3.10.

3.13. O IFBA consultará o órgão gestor do CadÚnico, a fim de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

3.14. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se ainda o disposto no Parágrafo único, do Art. 10, do Decreto nº. 83.936/79.

3.15. O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação de isenção não garante ao interessado a isenção da taxa de inscrição, que estará sujeita a análise e deferimento por parte do IFBA.

3.16. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição via correio ou via fac-símile.

3.17. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a incomformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado no subitem 3.11, implicará no indeferimento automático da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

3.18. O resultado da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição será divulgado no site www.ifba.edu.br e na portaria do prédio da Reitoria do IFBA, a partir do dia 27/06/2016.

3.19. Os candidatos, cujas solicitações tiverem sido indeferidas, deverão efetuar o respectivo pagamento do boleto bancário no período estabelecido no subitem 3.4, alínea "d".

3.20. O candidato que tiver o seu pedido de inscrição da taxa de inscrição indeferido poderá apresentar recurso contra o resultado da análise.

3.20.1. O recurso deverá ser interposto no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data de divulgação, no site institucional, do resultado da análise dos pedidos de isenção.

3.20.2. O recurso, devidamente fundamentado, será dirigido ao Reitor do IFBA e entregue no Setor de Protocolo da Reitoria, "Aos cuidados do Departamento de Desenvolvimento e Movimentação de Pessoal - DEMPM", no endereço: Av. Araújo Pinho, nº. 39, Canela - Salvador/BA. CEP: 40.110.150, ou enviado diretamente para o endereço eletrônico substituto032016.rei@ifba.edu.br, no prazo estabelecido no subitem anterior.

3.20.3. O resultado da análise dos recursos contra eventual indeferimento do pedido de inscrição da taxa de inscrição será divulgado no site www.ifba.edu.br e na portaria do prédio da Reitoria do IFBA a partir do dia 30/06/2016.

3.21. No ato da inscrição o candidato deverá fazer opção de concorrência para uma única vaga dentre as disponíveis.

3.22. Não serão aceitos quaisquer pedidos de alteração dessa opção.

3.23. Havendo mais de uma inscrição efetuada pelo mesmo candidato será considerada apenas aquela cuja data do pagamento seja mais recente.

3.24. As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, sendo excluído do processo seletivo aquele que prestar informações inverídicas.

3.25. Efetivada a inscrição não haverá devolução, em hipótese alguma, da taxa ou de outras importâncias pagas, a qualquer título, salvo em caso de anulação total ou parcial do processo seletivo.

3.26. Não serão aceitas inscrições por via postal, fac-símile, condicional e/ou extemporânea.

3.27. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda aos requisitos fixados neste edital, essa será automaticamente cancelada.

3.28. O documento de identificação utilizado no ato da inscrição deverá ser o mesmo a ser apresentado quando da realização dos sorteios e da Prova de Desempenho Didático.

3.29. São considerados documentos oficiais de identificação: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.), Passaportes, Carteira Nacional de Habilitação com foto, carteiras funcionais do Ministério Público e Magistratura, carteiras funcionais expedidas por órgão público que valham como identidade na forma da Lei.

3.30. Não serão aceitos como documentos de identificação: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

3.30.1. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitirem a identificação precisa do candidato e da sua assinatura.

3.31. O documento de identificação do candidato deverá ser apresentado na sua forma original.

3.32. O candidato que não tiver sua inscrição homologada e divulgada no site do IFBA poderá comparecer no dia do sorteio da ordem de apresentação da aula pública munido do comprovante original de pagamento da taxa inscrição e do documento de identificação utilizado para efetuar a inscrição, sendo imprescindível a entrega da cópia do referido comprovante de pagamento ao presidente da Banca Examinadora.



16	Técnico de Laboratório/ Química	(1) Ensino médio profissionalizante em Química ou em Açúcar e Alcool ou Ensino médio completo e Curso Técnico em Química ou em Açúcar e Alcool.	40 horas	D 1 - 01	RS 2.175,17
----	---------------------------------	---	----------	----------	-------------

II - Ficam mantidas as demais disposições editalícias.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 60/2016

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IFAL, no uso de suas atribuições resolve RETIFICAR o Edital nº 60/2016, de 13 de maio de 2016, que regulamenta o Concurso Público para Técnico-Administrativo do IFAL, publicado no D.O.U. de 13/05/2016, Seção 3, p. 59 - 72, nos seguintes termos:

I - No subitem 2.1, onde se lê:

COD.	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL CAPACITAÇÃO E PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
01	Administrador	(1) Ensino superior completo em Administração e (2) registro no conselho competente.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
02	Analista de Tecnologia da Informação	(1) Ensino superior completo (bacharelado ou tecnólogo) em Ciências da Computação, Processamento de Dados, Sistema da Informação, Análise de Sistema, Tecnologias da Informação e Comunicação, ou Engenharia da Computação.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
11	Programador Visual	(1) Ensino superior completo em Comunicação Visual, Comunicação Social com habilitação em Publicidade ou Desenho Industrial com habilitação em Programação Visual.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54

Leia-se:

COD.	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL CAPACITAÇÃO E PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
01	Administrador	(1) Ensino superior completo em Administração ou em Administração Pública e (2) registro no conselho competente.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
02	Analista de Tecnologia da Informação	(1) Ensino superior completo (licenciatura, bacharelado ou tecnólogo) em Ciências da Computação, Processamento de Dados, Sistema da Informação, Análise de Sistema, Tecnologias da Informação e Comunicação, ou Engenharia da Computação ou em áreas afins.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
11	Programador Visual	(1) Ensino superior completo em Comunicação Visual, Comunicação Social com habilitação em Publicidade ou Desenho Industrial com habilitação em Programação Visual ou Bacharelado ou Tecnólogo em Comunicação Visual ou em Design Gráfico ou em Multimídia Digital.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54

II - No Anexo I, que trata do Conteúdo programático das disciplinas das provas objetivas, onde se lê:

COD. 06 - ECONOMISTA

"1. Teoria Microeconômica..."

Leia-se:

COD. 06 - ECONOMISTA

"1. Teoria Microeconômica..."

III - Ficam mantidas as demais disposições editalícias.

SÉRGIO TEIXEIRA COSTA

CAMPUS MARECHAL DEODORO

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 3/2016 - UASG 158380**

Nº Processo: 23041007709201621. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Café, chá, açúcar e adoçante para o Órgão Gerenciador e demais Órgãos Participantes. Total de Itens Licitados: 00017. Edital: 03/06/2016 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Rua Lorival Alfredo, 176 - Bairro Pueria Poeira - MARECHAL DEODORO - AL ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158380-05-3-2016. Entrega das Propostas: a partir de 03/06/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/06/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

KARINE MIRANDA CASTRO
Pregoeira

(SIDEC - 02/06/2016) 158380-60402-2016NE800121

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS - CENTRO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG: 158445

Número do Contrato: 01/2016, Nº Processo: 23042.0001702/2015-12, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 452015 Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, CAMPUS MANAUS CENTRO Contratado: M. O. B. DE ANDRADE MOURA-ME, CNPJ 09.556.950/0001-71 - Objeto: Decréscimo de 0,57 % (zero vírgula cinquenta e sete por cento) do valor anual contratado de R\$ 1.646.240,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e seis mil e duzentos e quarenta reais) em atendimento a determinação do acórdão nº 456/2016, item 9.2, emitido pelo TCU - Plenário, publicado no DOU em 10.03.2016. Fundamento Legal: inciso I do art. 58 c/c art.65, inciso I, letra "b" da Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 13/05/2016.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA BAHIA**

EXTRATO DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

Processo nº: 23278.012668/2015-96. Participe 1: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA. CNPJ nº 10.764.307/0001-12. Participe 2: THE UNIVERSITY OF WINNIPEG (CANADA). Objeto: Intercâmbio de docentes, técnico-administrativos e estudantes; atividades de investigação conjuntas e publicações; participação em seminários e encontros acadêmicos; troca de materiais acadêmicos e outras informações. Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar da data da assinatura. Data da Assinatura: 20/05/2016. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993.

CAMPUS EUNÁPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 158410

Número do Contrato: 21/2015. Nº Processo: 23278009420201548. TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2015. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DA. CNPJ Contratado: 14757933000132. Contratado : PIRANGI CONSTRUCOES LTDA - ME -Objeto: Prorrogação da vigência do contrato 21/2015 por mais sessenta dias. Fundamento Legal: Artigo 57, Inciso II da Lei 8666/93. Vigência: 24/03/2016 a 24/05/2016. Data de Assinatura: 27/01/2016.

(SICON - 02/06/2016) 158410-26427-2016NE800064

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016060300043

CAMPUS SALVADOR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2016 - UASG 158411

Número do Contrato: 2/2015. Nº Processo: 2327900202201591. PREGÃO SISPP Nº 16/2015. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DA. CNPJ Contratado: 06344348000182. Contratado : AB SERVICOS E MANUTENCAO DE -MAQUINAS E COMERCIO VAREJIS. Objeto: Prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses da vigência do contrato, presente no Pregão Eletrônico nº16-2015. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 - Data de Assinatura: 02/06/2016.

(SICON - 02/06/2016) 158411-26427-2016NE800069

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAIANO**

**EDITAL Nº 26, DE 31 DE MARÇO DE 2016
HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 8.745/93 e suas alterações posteriores e nas demais legislações que regem a matéria, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para a contratação de Professor Substituto para o Campus Uruçuca, Processo nº 23335.001228/2015-25, Edital Nº 26/2016 de 31 de março de 2016, publicado no DOU de 19/04/2016, conforme quadro abaixo:

Área: Língua Portuguesa e Língua Espanhola

No	Nome do candidato	PDD	PT	Resultado final	Classificação
1	Magno Santos Batista	93,00	29,00	71,66	1º
2	Leila Cunha Raposo	90,00	28,00	69,33	2º
3	Catherine Santana Souza	81,00	29,00	63,66	3º
4		77,00	4,50	52,83	4º
5	Joseane Santos Boaventura	65,00	19,50	49,83	5º
6	Leila Soares de Sá Mota	51,00	-		Candidata desclassificada (Item 3.2.13 do Edital)
7	Jaciara Caldas dos Santos	36,00	-		Candidata desclassificada (Item 3.2.13 do Edital)

Área: Agrimensura

No	Nome do candidato	PDD	PT	Nota final	Classificação
1	Erick Nascimento Costa	90,00	2,0	60,66	1º
2	Jorge Murilo Silva Novais	85,00	11,00	60,33	2º

PDD: Prova de Desempenho Didático/ PT: Prova de Título

GEOVANE BARBOSA DO NASCIMENTO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO II

MODELO DE FORMULÁRIO - PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO CANDIDATOS CONCORRENTES ÀS VAGAS RESERVADAS A DEFICIENTES (Subitem 4.6, alínea "b")

Via do Candidato

Nome completo do candidato:		Identidade:		Órgão Emissor:	
CPF:		Número de inscrição:		Data de entrega:	
Cargo de concorrência:		Data de entrega:		Hora de entrega:	
Quantidade de páginas entregues e rubricadas pelo candidato:					
Discriminação dos documentos entregues: Comprovante de inscrição emitido pelo sistema de inscrições da COPEVE/UFAL, impresso e assinado pelo candidato, constando o mesmo cargo e inscrição informados na etiqueta do envelope, conforme descrito no subitem 4.11; Cópias do documento oficial com foto e do CPF do candidato; Laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos 90 (noventa) dias por médico especialista na deficiência apresentada, atestando a espécie e o grau da deficiência com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças (CID - 10), bem como à provável causa da deficiência.					
Responsável pela entrega:		Candidato - Procurador (procuração anexa)			
Observações:					
Responsável pela entrega		Responsável pelo recebimento			

Via da COPEVE/UFAL

Nome completo do candidato:		Identidade:		Órgão Emissor:	
CPF:		Número de inscrição:		Data de entrega:	
Cargo de concorrência:		Data de entrega:		Hora de entrega:	
Quantidade de páginas entregues e rubricadas pelo candidato:					
Discriminação dos documentos entregues: Comprovante de inscrição emitido pelo sistema de inscrições da COPEVE/UFAL, impresso e assinado pelo candidato, constando o mesmo cargo e inscrição informados na etiqueta do envelope, conforme descrito no subitem 4.11; Cópias do documento oficial com foto e do CPF do candidato; Laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos 90 (noventa) dias por médico especialista na deficiência apresentada, atestando a espécie e o grau da deficiência com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças (CID - 10), bem como à provável causa da deficiência.					
Responsável pela entrega:		Candidato - Procurador (procuração anexa)			
Observações:					
Responsável pela entrega		Responsável pelo recebimento			

ANEXO III

CALENDÁRIO DO CONCURSO PÚBLICO

EVENTO	DATAS PROVÁVEIS
Publicação do Edital	13/05/2016
Inscrições	13/05/2016 a 12/06/2016
Pagamento da taxa de inscrição	13/05/2016 a 13/06/2016
Solicitação de isenção de taxa de inscrição	13/05/2016 a 21/05/2016
Resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	30/05/2016
Prazo para recurso contra resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	31/05/2016
Resultado final das solicitações de isenção de taxa de inscrição	09/06/2016
Prazo para entrega de requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	13/05/2016 a 13/06/2016
Divulgação do resultado preliminar dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	01/07/2016
Prazo para recurso contra o resultado preliminar de condição especial para realização da Prova Objetiva	04/07/2016 a 06/07/2016
Divulgação do resultado final dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	15/07/2016
Prazo para entrega de documentação comprobatória para concorrer às vagas destinadas a deficientes	13/05/2016 a 13/06/2016
Publicação da relação de candidatos com inscrições deferidas para concorrer às vagas destinadas a deficientes	05/08/2016
Disponibilização de cartão de inscrição da Prova Objetiva	20/09/2016
Aplicação da Prova Objetiva	25/09/2016
Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva	29/09/2016
Prazo para recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva	30/09/2016 a 02/10/2016
Resultado Final do Concurso Público	04/11/2016

EDITAL Nº 60, DE 12 DE MAIO DE 2016
CONCURSO PÚBLICO

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IFAL, no uso de suas atribuições, e em observância ao regulamentado no Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010, na Portaria Interministerial MPOC/MEC nº 161, de 21 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 22 de maio de 2014, e na Portaria MEC nº 927, de 10 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 11 de setembro de 2015, torna público a realização do Concurso Público para provimento de vagas na carreira de Técnico-Administrativo em Educação do Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL, para cargos de níveis superior e fundamental. Este certame reger-se-á sob o regime de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com suas alterações posteriores, a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, assim como legislações e demais regulamentações pertinentes.

1. das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
- 1.1 O Concurso Público regido por este Edital será realizado sob a responsabilidade da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES e, no que concerne à realização das provas, pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, por meio do Núcleo Executivo de Processos Seletivos - COPEVE/UFAL, cabendo ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL efetuar a convocação e nomeação dos candidatos aprovados.
- 1.2 O presente Concurso Público será realizado sob a supervisão da Comissão do Concurso Público, instituída pela Portaria nº 462/GR, de 10 de março de 2016.
- 1.3 O Concurso Público será realizado em uma única etapa, constituída de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos.
- 1.4 Os candidatos aprovados neste Concurso Público serão nomeados observando-se estritamente a ordem de classificação por Cargo/Campus, de acordo com o número de vagas deste Edital e mediante a necessidade e a conveniência da Administração Pública, podendo ser chamados os candidatos aprovados em classificação posterior ao número de vagas previsto para cada Cargo/Campus, conforme surgimento de novas vagas durante a validade deste Certame.
- 1.5 O candidato aprovado será nomeado e lotado no Campus para o qual concorreu no âmbito do IFAL.
- 1.5.1 Excepcionalmente no interesse da Administração, o candidato aprovado poderá ser aproveitado para Campus distinto do qual concorreu, obedecendo a ordem de classificação geral por Cargo, conforme previsto no subitem 14.5 deste Edital.
- 1.6 Qualquer candidato poderá impugnar o Edital, em petição escrita e fundamentada, dirigida ao Presidente da Comissão do Concurso Público, instituída pela Portaria nº 462/GR, de 10 de março de 2016, a ser entregue e protocolada no Protocolo Geral da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, no prazo de até 10 (dez) dias contados da publicação do Edital no Diário Oficial da União e nos endereços eletrônicos www.copeve.ufal.br e www.fundepes.br, sob pena de preclusão.
- 1.6.1 A Comissão do Concurso Público, no prazo de 10 (dez) dias, deverá apreciar as eventuais impugnações apresentadas.
- 1.7 O Edital e demais informações relativas à execução do Concurso serão divulgados no endereço eletrônico da COPEVE/UFAL, www.copeve.ufal.br, e da FUNDEPES, www.fundepes.br.
- 1.8 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais retificações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em avisos a serem publicados no Diário Oficial da União e nos endereços eletrônicos www.copeve.ufal.br e www.fundepes.br.
- 1.9 Todos os horários citados neste Edital referem-se ao horário local do estado de Alagoas.
2. dos CARGOS
- 2.1 Os cargos, requisitos mínimos para ingresso, carga horária semanal, nível de capacitação e padrão, e vencimento básico são apresentados nos quadros a seguir.

COD.	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL CAPACITAÇÃO E PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
01	Administrador	(1) Ensino superior completo em Administração e (2) registro no conselho competente.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
02	Analista de Tecnologia da Informação	(1) Ensino superior completo (bacharelado ou tecnólogo) em Ciências da Computação, Processamento de Dados, Sistema da Informação, Análise de Sistema, Tecnologias da Informação e Comunicação, ou Engenharia da Computação.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016051300059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



03	Arquivista	(1) Ensino superior completo em Arquivologia e (2) registro no Ministério do Trabalho e Emprego.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
04	Auditor	(1) Ensino superior completo em Direito, Ciências Econômicas ou Ciências Contábeis.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
05	Bibliotecário-Documentalista	(1) Ensino superior completo em Biblioteconomia e (2) registro no conselho competente.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
06	Economista	(1) Ensino superior completo em Ciências Econômicas.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
07	Enfermeiro	(1) Ensino superior completo em Enfermagem e (2) registro no conselho competente.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
08	Jornalista	(1) Ensino superior completo em Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e (2) registro no Ministério do Trabalho e Emprego.	25 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
09	Nutricionista	(1) Ensino superior completo em Nutrição e (2) registro no conselho competente.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
10	Pedagogo	(1) Ensino superior completo em Pedagogia.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
11	Programador Visual	(1) Ensino superior completo em Comunicação Visual, Comunicação Social com habilitação em Publicidade ou Desenho Industrial com habilitação em Programação Visual.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54
12	Técnico em Assuntos Educacionais	(1) Ensino superior completo em Pedagogia ou Licenciaturas em qualquer área do conhecimento.	40 horas	E 1 - 01	RS 3.666,54

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CÓD.	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL CAPACITAÇÃO E PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
13	Auxiliar de Biblioteca	(1) Ensino fundamental completo.	40 horas	C 1 - 01	RS 1.739,04
14	Auxiliar em Administração	(1) Ensino fundamental completo.	40 horas	C 1 - 01	RS 1.739,04

2.2 A remuneração inicial a ser percebida pelo candidato nomeado, empossado e em exercício, corresponde ao valor do vencimento apresentado no quadro do subitem 2.1 e auxílio-alimentação no valor de RS 458,00 (quatrocentos e cinquenta e oito reais), podendo ser acrescida de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.

2.3 A distribuição de vagas por Cargo/Campus está descrita nos quadros a seguir.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CÓD.	CARGO	CAMPI	VAGAS POR CARGO/CAMPI		
			TOTAL DE VAGAS*	VAGAS RESERVADAS PARA DEFICIENTES**	VAGAS RESERVADAS PARA NEGROS OU PARDOS***
01	Administrador	Batalha	01	CR	CR
		Coruripe	01	CR	CR
		Maragogi	01	CR	CR
		Palmeira dos Índios	01	CR	CR
		Penedo	01	CR	CR
		Santana do Ipanema	01	CR	CR
		São Miguel dos Campos	01	CR	CR
		Retitoria	03	CR	01
02	Analista de Tecnologia da Informação	Retitoria	03	CR	01
03	Arquivista	Retitoria	03	CR	01
04	Auditor	Retitoria	01	CR	CR
05	Bibliotecário - Documentalista	Batalha	01	CR	CR
		Coruripe	01	CR	CR
		Maragogi	01	CR	CR
		Penedo	01	CR	CR
		Piranhas	01	CR	CR
		Santana do Ipanema	01	CR	CR
		Retitoria	01	CR	CR
		Retitoria	03	CR	01
06	Economista	Arapiraca	01	CR	CR
		Batalha	01	CR	CR
		Coruripe	01	CR	CR
		Maragogi	01	CR	CR
		Murici	01	CR	CR
		Penedo	01	CR	CR
		Piranhas	01	CR	CR
		Santana do Ipanema	01	CR	CR
07	Enfermeiro	São Miguel dos Campos	01	CR	CR
		Viçosa	01	CR	CR
		Arapiraca	01	CR	CR
		Maragogi	01	CR	CR
		Palmeira dos Índios	01	CR	CR
		Piranhas	01	CR	CR
		Batalha	01	CR	CR
		Coruripe	01	CR	CR
08	Jornalista	Maragogi	01	CR	CR
		Palmeira dos Índios	01	CR	CR
		Piranhas	01	CR	CR
		Batalha	01	CR	CR
		Coruripe	01	CR	CR
		Maragogi	01	CR	CR
		Palmeira dos Índios	01	CR	CR
		Penedo	01	CR	CR
09	Nutricionista	Piranhas	01	CR	CR
		Batalha	01	CR	CR
		Coruripe	01	CR	CR
		Maragogi	01	CR	CR
		Palmeira dos Índios	01	CR	CR
		Penedo	01	CR	CR
		Piranhas	01	CR	CR
		Murici	01	CR	CR
10	Pedagogo	Viçosa	01	CR	CR
		Retitoria-DIREAD	01	CR	CR
11	Programador Visual	Retitoria-DIREAD	01	CR	CR
		Arapiraca	02	CR	CR
		Coruripe	01	CR	CR
		Maragogi	01	CR	CR
		Marechal Deodoro	01	CR	CR
		Murici	02	CR	CR
		Palmeira dos Índios	01	CR	CR
		Penedo	03	CR	01
		Retitoria	01	CR	CR
		Retitoria-DIREAD	01	CR	CR
		Rio Largo	01	CR	CR
		Santana do Ipanema	02	CR	CR
		São Miguel dos Campos	02	CR	CR
		Viçosa	01	CR	CR
12	Técnico em Assuntos Educacionais	Arapiraca	02	CR	CR
		Coruripe	01	CR	CR
		Maragogi	01	CR	CR
		Marechal Deodoro	01	CR	CR
		Murici	02	CR	CR
		Palmeira dos Índios	01	CR	CR
		Penedo	03	CR	01
		Retitoria	01	CR	CR
		Retitoria-DIREAD	01	CR	CR
		Rio Largo	01	CR	CR
		Santana do Ipanema	02	CR	CR
		São Miguel dos Campos	02	CR	CR
		Viçosa	01	CR	CR



CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CÓD.	CARGO	CAMPI	VAGAS POR CARGO/CAMPI		
			TOTAL DE VAGAS*	VAGAS RESERVADAS PARA DEFICIENTES**	VAGAS RESERVADAS PARA NEGROS OU PARDOS***
13	Auxiliar de Biblioteca	Batalha	02	CR	CR
		Coruripe	01	CR	CR
		Munici	01	CR	CR
		Piranhas	01	CR	CR
		Rio Largo	01	CR	CR
		Santana do Ipanema	02	CR	CR
		São Miguel dos Campos	01	CR	CR
		Satuba	01	CR	CR
		Viçosa	02	CR	CR
		Reitoria	01	CR	CR
14	Auxiliar em Administração	Piranhas	01	CR	CR
		Reitoria	01	CR	CR

CR = Cadastro de Reserva.

* Total de vagas - incluindo-se a reserva para candidatos com deficiência e para negros.

** Reserva de vagas aos candidatos com deficiência, em atendimento ao Artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298/1999.

*** Reserva de vagas aos candidatos que se autodeclararem negros nos termos da Lei nº 12.990/2014.

2.4 As atribuições e perspectiva de atuação de cada Cargo são as constantes nos quadros a seguir, em observância ao Art. 8º da Lei nº 11.091, de 2 de janeiro de 2005.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CÓD.	CARGO	ATRIBUIÇÕES
01	Administrador	Planejar, organizar, controlar e assessorar as organizações nas áreas de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeira, tecnológica, entre outras; implementar programas e projetos; elaborar planejamento organizacional; promover estudos de racionalização e controlar o desempenho organizacional; prestar consultoria administrativa; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
02	Analista de Tecnologia da Informação	Desenvolver e implantar sistemas informatizados, dimensionando requisitos e funcionalidades do sistema, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas, codificando aplicativos; administrar ambientes informatizados; prestar treinamento e suporte técnico ao usuário; elaborar documentação técnica; estabelecer padrões; coordenar projetos e oferecer soluções para ambientes informatizados; pesquisar tecnologias em informática; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
03	Arquivista	Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais; criar projetos de museus e exposições; organizar acervos musicológicos públicos e privados; dar acesso à informação; conservar acervos; preparar ações educativas ou culturais; planejar e realizar atividades técnico-administrativas, orientar implantação das atividades técnicas; participar da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
04	Auditor	Assessorar à alta administração, fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle; verificar o desempenho da gestão, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais; prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
05	Bibliotecário-Documentalista	Disponibilizar a informação; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação; tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais; disseminar informação com o objetivo de facilitar o acesso e a geração do conhecimento; desenvolver estudos e pesquisas; promover difusão cultural; desenvolver ações educativas; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
06	Economista	Analisar o ambiente econômico; elaborar e executar projetos de pesquisa econômica, de mercado e de viabilidade econômica, dentre outros; participar do planejamento estratégico e de curto prazo; gerir programação econômico-financeira; atuar na mediação e arbitragem; realizar perícias; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
07	Enfermeiro	Prestar assistência ao paciente e/ou ao usuário em clínicas, hospitais, ambulatórios, navios, postos de saúde e em domicílio; realizar consultas e procedimentos de maior complexidade; prescrever ações; implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
08	Jornalista	Apurar, redigir, registrar, por meio de imagens e sons; interpretar e organizar informações e notícias a serem difundidas; expônder, analisando e comentando os acontecimentos; fazer seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e qualquer outro meio de comunicação com o público; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
09	Nutricionista	Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; ministrar cursos; atuar em conformidade ao Manual de Boas Práticas; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
10	Pedagogo	Implementar a execução, avaliar e coordenar a (re)construção do projeto pedagógico de instituições de ensino médio ou ensino profissionalizante; viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
11	Programador Visual	Planejar serviços de pré-impressão gráfica; realizar programação visual gráfica e editorar textos e imagens; trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
12	Técnico em Assuntos Educacionais	Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CÓD.	CARGO	ATRIBUIÇÕES
13	Auxiliar de Biblioteca	Prestar atendimento aos que fazem uso da biblioteca, orientando as consultas e pesquisas; conservar e organizar o acervo da biblioteca, bem como o arquivo dos usuários; elaborar e executar projetos de incentivo à leitura e colaborar no desenvolvimento do trabalho no ambiente de tecnologia.
14	Auxiliar em Administração	Assistir à Direção do órgão no levantamento e distribuição dos serviços administrativos, auxiliando na elaboração da política de sua área de atuação e participando da elaboração de projetos, estudos e análise para melhoria dos serviços; organizar e executar atividades administrativas nas áreas de gestão de pessoas, administração, acadêmica, orçamentária, financeira e patrimônio, logística e de secretaria; atender aos usuários, fornecendo e recebendo informações; tratar de documentos e atos administrativos, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparar relatórios e planilhas; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3 DAS INSCRIÇÕES

Procedimentos para realização e confirmação da inscrição.

3.1 As inscrições para o Concurso Público serão realizadas exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br/sistema, no período entre 20h00min do dia 13/05/2016 e 23h59min do dia 12/06/2016.

3.2 No período especificado no subitem 3.1 os procedimentos para que o candidato se inscreva no Concurso Público são os seguintes:

- no caso de o candidato não ter cadastro no site da COPEVE/UFAL, deverá fazê-lo no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br/sistema;
- após a realização do cadastro, o candidato deverá fazer sua inscrição preenchendo o requerimento de inscrição online existente no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br/sistema, e, após a conferência dos dados, deverá confirmar sua inscrição, conforme orientações constantes na tela do sistema de inscrições;
- o candidato deverá imprimir a Guia de Recolhimento da União (GRU) gerada pelo sistema da COPEVE/UFAL e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência do Banco do Brasil, observando a data de vencimento desta. Não serão aceitos pagamentos realizados fora do prazo de vencimento expresso na Guia de Recolhimento da União (GRU).

3.3 Serão indeferidas as inscrições dos candidatos que não cumprirem o estabelecido no subitem 3.2 deste Edital.

3.4 No momento da inscrição o candidato escolherá, conforme subitem 2.3 deste Edital, o Cargo/Campus no qual ele deverá concorrer a uma das vagas ofertadas pelo IFAL, bem como escolherá o local para realização das Provas Objetivas entre os municípios de Maceió ou Arapiraca, situados no Estado de Alagoas.

3.4.1 Caso os espaços físicos destinados à realização das provas nos municípios citados no subitem 3.4 não sejam suficientes para comportar a demanda de candidatos, os excedentes serão realocados para os municípios circunvizinhos.

3.5 O sistema de inscrições da COPEVE/UFAL possibilita o acompanhamento da situação da inscrição do candidato, disponibilizando-lhe o comprovante de inscrição, consultado por meio do endereço eletrônico www.copeve.ufal.br/sistema.3.6 As orientações e os procedimentos adicionais a serem seguidos para realização da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br.

3.7 A COPEVE/UFAL e a FUNDEPES não se responsabilizarão por inscrição não recebida por fatores de ordem técnica, que prejudiquem os computadores ou impossibilitem a transferência de dados, falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de comunicação.

3.8 O candidato que não dispuser de equipamento para efetuar sua inscrição pela Internet poderá utilizar os equipamentos disponibilizados na COPEVE/UFAL, com sede no Campus A.C. Simões - Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins, Maceió, Alagoas, no período entre 13/05/2016 e 12/06/2016 (exceto sábados, domingos e feriados), no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h.

3.8.1 Durante o período especificado no subitem 3.8, também será disponibilizado um ponto de inscrições no município de Arapiraca, em Alagoas, na lan house "A Budega", localizada na Rua Governador Luiz Cavalcante, nº 264, Alto do Cruzeiro, Arapiraca (próximo à Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL), de segunda-feira à sexta-feira (8h às 12h e das 14h às 18h) e sábados (8h às 12h), exceto feriados.



3.9 Para efetivação da inscrição, o candidato deverá pagar taxa de inscrição de acordo com o valor especificado no quadro a seguir.

ESCOLARIDADE	CÓDIGOS DOS CARGOS	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Nível Superior	01 a 12	R\$ 100,00
Nível Fundamental	13 a 14	R\$ 50,00

- 3.10 É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto do formulário de inscrição, assumindo, portanto, as consequências por quaisquer informações incompatíveis com seus dados pessoais.
- 3.11 O candidato inscrito não deverá enviar cópia dos documentos comprobatórios dos dados cadastrais, sendo de sua exclusiva responsabilidade as informações prestadas no ato de inscrição, sob as penas da lei.
- 3.12 A COPEVE/UFAL e a FUNDEPES dispõem do direito de excluir do Concurso Público o candidato que tiver preenchido os dados de inscrição com informações comprovadamente incorretas, incompletas ou inverídicas. Em tais casos, não será efetuada a devolução do pagamento da taxa de inscrição.
- 3.13 Antes de efetuar a inscrição e/ou o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos, certificando-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a alteração das informações referentes ao Cargo/Campus de concorrência e ao município de realização da prova.
- 3.14 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do Concurso por conveniência ou interesse da Administração.
- 3.15 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia estabelecido na Guia de Recolhimento da União (GRU) como vencimento.
- 3.16 O candidato poderá reimprimir a Guia de Recolhimento da União (GRU) pelo endereço eletrônico www.copeve.ufal.br/sistema, na página de acompanhamento do Concurso.
- 3.17 Não serão aceitos pagamentos da Guia de Recolhimento da União (GRU) condicionais e/ou extemporâneos ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital. Também não serão aceitos agendamentos de pagamento.
- 3.18 O pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU) efetuado após a data de vencimento não será considerado e, conseqüentemente, não será confirmada a inscrição do candidato, bem como não será devolvido o valor pago ao candidato.
- 3.19 A confirmação da inscrição no Concurso será efetivada mediante a comprovação, pelo estabelecimento bancário, do pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida pelo candidato, com a utilização do sistema de inscrições disponibilizado pela COPEVE/UFAL, nos termos deste Edital.
- 3.20 Não será permitida a transferência do valor pago como taxa de inscrição para pessoa diferente daquela que a realizou, para outro Cargo/Campus ou para outros concursos/seleções.
- 3.21 A inscrição implica o conhecimento e a aceitação expressa das condições estabelecidas neste Edital e demais instrumentos reguladores, dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 3.22 A confirmação da inscrição do candidato, por meio do seu comprovante de inscrição, estará disponível no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br até 72 (setenta e duas) horas após o pagamento da taxa de inscrição realizada pelo candidato. É de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento de sua inscrição junto ao sistema de inscrições da COPEVE/UFAL. Se após 72 (setenta e duas) horas a confirmação de pagamento não for efetivada no sistema de inscrições, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a COPEVE/UFAL, por meio dos telefones (82) 3214-1692 ou (82) 3214-1694 ou pelo e-mail copeve.candidato@gmail.com.
- 3.23 O candidato que desejar corrigir o nome, número de documento de identificação, CPF, data de nascimento ou qualquer outra informação relativa a seus dados pessoais fornecida durante o processo de inscrição deste Concurso deverá protocolar requerimento com solicitação de alteração de dados cadastrais na sede da COPEVE/UFAL, situada no Campus A. C. Simões, localizado na Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins, CEP 57.072-970, Maceió, AL. Este requerimento deverá vir acompanhado de cópia autenticada em cartório dos documentos que contenham os dados corretos.
- 3.23.1 O requerimento com solicitação de alteração de dados cadastrais poderá também ser encaminhado via sedex ou carta registrada, ambos com aviso de recebimento para a sede da COPEVE/UFAL.
- 3.24 Os dados corrigidos em consequência do recebimento do requerimento entregue à COPEVE/UFAL nos termos dos subitens 3.23 e 3.23.1 produzirão efeitos somente para o Concurso de que trata este Edital. Para alteração no cadastro de candidatos no sistema de inscrições da COPEVE/UFAL, o candidato deverá fazer a correção desta informação no sistema de inscrições da COPEVE/UFAL, utilizando seu login e senha, o que produzirá efeito nos concursos e processos seletivos que venham a ser realizados posteriormente.
- 3.25 É de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento da confirmação de sua inscrição no sistema da COPEVE/UFAL.
- Isenção do pagamento da taxa de inscrição.
- 3.26 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que se declararem com hipossuficiência de recursos, conforme estabelece o Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008.
- 3.27 O candidato que desejar requerer a isenção de que trata o subitem 3.26 poderá pleitear isenção da taxa de inscrição, no período de 13/05/2016 a 21/05/2016, devendo preencher cumulativamente os seguintes requisitos:
- a) estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e
- b) ser membro de família de baixa renda, ou seja, com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos.
- 3.28 Para requerer a isenção mencionada no subitem 3.26, o candidato deverá preencher o formulário de inscrição, via Internet, no endereço www.copeve.ufal.br/sistema, no qual indicará o Número de Identificação Social - NIS atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal e firmará declaração de que atende a condição estabelecida na alínea "b" do subitem 3.27.
- 3.29 Não será concedida a isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que não possua o NIS já identificado e confirmado na base de dados do CadÚnico na data da sua inscrição.
- 3.30 Não serão analisados os pedidos de isenção sem indicação do número do NIS e, ainda, aqueles que não contenham as informações suficientes para a correta identificação do candidato na base de dados do Órgão Gestor do CadÚnico.
- 3.31 A COPEVE/UFAL consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
- 3.32 As informações prestadas no formulário de inscrição, referentes à isenção do pagamento da taxa de inscrição, serão de inteira responsabilidade do candidato. O requerimento preenchido com informações falsas sujeitará o candidato às sanções previstas em lei e o excluirá do Certame.
- 3.33 O resultado preliminar dos pedidos de isenção será divulgado nos endereços eletrônicos www.copeve.ufal.br e www.fundepes.br na data provável de 30/05/2016.
- 3.34 Poderão ser interpostos recursos contra o resultado preliminar dos pedidos de isenção na data provável de 31/05/2016, entre às 0h00 e às 23h59, no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br/sistema. Para interposição do recurso, o candidato deverá utilizar obrigatoriamente o formulário eletrônico para recursos disponível no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br/sistema. Os recursos deverão ser elaborados individualmente, seguindo as orientações constantes no formulário eletrônico, e encaminhados pelo sistema eletrônico da COPEVE/UFAL.
- 3.35 O resultado final dos pedidos de isenção será divulgado nos endereços eletrônicos www.copeve.ufal.br e www.fundepes.br na data provável de 09/06/2016.
- 3.36 Cada candidato, neste Concurso Público, somente será agraciado uma única vez com o benefício de isenção da taxa de inscrição, mesmo que tenha apresentado mais de uma solicitação. Neste caso, o candidato que tenha direito a isenção terá validado apenas aquela referente à última das inscrições realizadas no sistema de inscrições da COPEVE/UFAL.
- 3.37 A relação dos candidatos com pedidos de isenção indeferidos, contendo os respectivos motivos do indeferimento, será publicada simultaneamente à divulgação dos pedidos de isenção deferidos nos endereços eletrônicos www.copeve.ufal.br e www.fundepes.br.
- 3.38 Será desconsiderado o requerimento de isenção dos inscritos que já tenham efetuado o pagamento da respectiva taxa de inscrição, verificável a qualquer tempo, até mesmo após a publicação do resultado final dos pedidos de isenção.
- 3.39 O candidato que tiver o pedido de isenção indeferido poderá pagar o valor da taxa de inscrição até o último dia do prazo previsto no subitem 3.15, bastando acessar o seu cadastro no sistema de inscrições através do endereço eletrônico www.copeve.ufal.br/sistema, clicar na opção Gerar Boleto da inscrição escolhida e imprimir a Guia de Recolhimento da União (GRU).
- 4 das VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA
- 4.1 Para as pessoas com deficiência, serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas ofertadas por meio deste Edital, por Cargo em um mesmo Campus, e as que vierem a surgir ou forem criadas no período de validade do Concurso Público, de acordo com o Cargo optado, na forma do Art. 37, Inciso VIII, da Constituição Federal; do § 2º, do Art. 5º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do Cargo.
- 4.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 4.1 deste Edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, desde que não ultrapasse 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas para cada Cargo/Campus.
- 4.3 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos que se declarem deficientes nos Campi em que o número de vagas por Cargo for igual ou superior a 5 (cinco).
- 4.3.1 Nos casos em que o número de vagas por Cargo no Campus for inferior a 5 (cinco), haverá a formação de cadastro de reserva dos candidatos deficientes aprovados, respeitando-se os limites de homologação do Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.
- 4.4 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações previstas no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
- 4.5 Os candidatos com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, particularmente em seu Art. 40, participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 4.6 Para concorrer às vagas destinadas a deficientes, o candidato deverá:
- a) No ato da inscrição, no sistema de inscrições da COPEVE/UFAL, deverá declarar-se como candidato com deficiência, indicando a espécie e o grau da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID - 10); e
- b) Entregar a seguinte documentação, em envelope, na forma do subitem 4.10, na seguinte ordem de apresentação:



- i) uma cópia do Protocolo de entrega de documentação para candidatos concorrentes a vagas reservas a deficientes, cujo modelo encontra-se disponível no Anexo II deste Edital;
- ii) comprovante de inscrição emitido pelo sistema de inscrições da COPEVE/UFAL, impresso e assinado pelo candidato, constando o mesmo cargo e inscrição informados na etiqueta do envelope, conforme descrito no subitem 4.11;
- iii) cópias do documento oficial com foto e do CPF do candidato;
- iv) laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos 90 (noventa) dias por médico especialista na deficiência apresentada, atestando a espécie e o grau da deficiência com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças (CID - 10), bem como à provável causa da deficiência.
- 4.7 Os documentos devem ser numerados em sequência e rubricados em todas as páginas pelo candidato. No momento da entrega do envelope será realizada a conferência da numeração e das rubricas nos títulos. O candidato deverá conferir a documentação, organizar os títulos, conforme alínea "b" do subitem 4.6, lacrar e entregar o envelope aos responsáveis pelo recebimento da documentação.
- 4.8 O candidato receberá o comprovante de entrega do envelope devidamente assinado pelo Receptor de documentos da COPEVE/UFAL, contendo seus dados pessoais, número de inscrição e o número de páginas entregues no envelope.
- 4.9 Os responsáveis pelo recebimento da documentação não realizarão a avaliação dos documentos apresentados pelo candidato. Suas atividades estão restritas ao recebimento do envelope, conferência da quantidade de documentos entregues e dos padrões de etiqueta e protocolo emitidos pelo site da COPEVE/UFAL. É de inteira responsabilidade do candidato a conferência dos documentos que serão entregues.
- 4.10 A documentação especificada na alínea "b" do subitem 4.6 deste Edital deverá ser apresentada em envelope na sede da COPEVE/UFAL, situada no Campus A. C. Simões, localizado na Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió-AL, no período entre 13/05/2016 e 13/06/2016 (exceto sábados, domingos e feriados), no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. O envelope deve ser entregue pelo próprio candidato ou por procurador devidamente constituído por instrumento público ou particular de mandato com poderes específicos, que ficará retido, sendo necessária a apresentação do documento de identidade do procurador e da cópia autenticada em cartório da carteira de identidade do candidato, o qual assumirá as consequências de eventuais erros do procurador. No caso da utilização de procuração particular, haverá necessidade de reconhecimento de firma em cartório.
- 4.10.1 Será permitido o envio dos documentos pelos correios, via Sedex ou carta registrada, ambos com Aviso de Recebimento (AR), desde que a postagem do envelope ocorra no período especificado no subitem 4.10. O envelope deverá estar devidamente identificado por etiqueta a ser emitida pelo sistema da COPEVE/UFAL, conforme subitem 4.11. O envelope deverá ser remetido à sede da COPEVE/UFAL, situada no Campus A. C. Simões, na Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, CEP 57.072-970, Maceió, AL. O candidato que optar por esta modalidade de envio deverá estar ciente de que a COPEVE/UFAL não se responsabilizará por requerimentos entregues em datas que inviabilizem a confirmação de sua inscrição nas vagas destinadas para deficientes.
- 4.11 O envelope deve estar devidamente identificado, contendo, obrigatoriamente, na sua parte externa, a etiqueta a ser emitida pelo sistema da COPEVE/UFAL, constando os dados completos do candidato, o número de inscrição, o cargo de concorrência e o código do cargo.
- 4.12 A relação dos candidatos que tiveram sua inscrição deferida para concorrer às vagas destinadas para deficientes será divulgada no endereço eletrônico da COPEVE/UFAL, na data provável de 05/08/2016.
- 4.13 Os procedimentos necessários para viabilizar a confirmação da inscrição do candidato na reserva de vagas para deficientes, na forma do subitem 4.6 deste Edital, são de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 4.14 Os candidatos que, dentro do período estabelecido no subitem 4.10, não atenderem aos dispositivos disciplinados no item 4 deste Edital, serão considerados como pessoas sem deficiência, assim, concorrendo, exclusivamente, às vagas da listagem geral de classificação.
- 4.15 Os documentos entregues pelos candidatos relacionados no subitem 4.6, alínea "b", deste Edital terão validade somente para o Concurso Público de que trata este Edital e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias das citadas documentações considerando a inviabilidade técnica e operacional da COPEVE/UFAL.
- 4.16 Os candidatos com deficiência que não realizarem a inscrição conforme instruções constantes neste item 4 e seus subitens não poderão interpor recurso em favor de sua condição.
- 4.17 A não observância, pelo candidato, de quaisquer das disposições deste item 4, implicará a perda do direito a ser admitido para as vagas que venham a surgir para portadores de deficiência.
- 4.18 As vagas que venham a surgir para pessoas com deficiência, e que não forem preenchidas por candidatos com deficiência, seja devido a não aprovação no Concurso ou na perícia médica, serão providas por candidatos não portadores de deficiência, respeitada a ordem de classificação.
- 4.19 O critério de nomeação de todos os candidatos habilitados obedecerá à ordem de classificação, devendo iniciar-se pela lista de pontuação geral, seguida da lista de candidatos com deficiência, de forma que para Cargo a que se refere o subitem 2.3 deste Edital, a 5ª, 11ª, 15ª, 21ª vagas, e assim sucessivamente, serão destinadas a candidatos com deficiência, em observância ao regulamentado nos subitens 4.2 e 4.3 deste Edital.
- 4.20 O candidato com deficiência aprovado no Concurso Público, quando convocado, deverá submeter-se à perícia médica, a ser realizada pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIAS, vinculado ao IFAL, que verificará sobre sua qualificação como deficiente ou não, bem como no período de estágio probatório, sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada, nos termos do Art. 43 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.
- 4.20.1 O candidato deverá comparecer à perícia médica, munido de laudo médico original ou cópia autenticada, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de convocação para nomeação e de exames comprobatórios da deficiência apresentada, que atestem à espécie, grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID - 10), conforme especificado no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.
- 4.20.2 O laudo médico não poderá ser substituído por quaisquer outros relatórios, tais como declarações da Previdência Social, atestados de boletins de ocorrência, resultados de perícias médicas, dentre outros.
- 4.20.3 O laudo médico deverá ser homologado pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIAS, vinculado ao IFAL.
- 4.21 A não observância do disposto no subitem 4.20, seja devido a reprovação na perícia médica ou ao não comparecimento à perícia médica, acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos nestas condições.
- 4.22 O candidato com deficiência, se classificado no Concurso Público na forma prevista neste Edital, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome constante da lista específica de portadores de deficiência.
- 4.23 Será eliminado da lista de pessoas com deficiência o candidato cuja deficiência, assinalada no formulário de inscrição, não for constatada na forma do Art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, devendo o candidato permanecer apenas na lista de classificação geral.
- 4.24 O candidato deverá estar ciente das atribuições do Cargo para o qual pretende se inscrever, da sua compatibilidade com a deficiência, e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório.
- Condição especial para a realização da Prova Objetiva.
- 4.25 Os candidatos com deficiência, com necessidades especiais ou com problemas de saúde poderão solicitar condição especial para a realização da Prova Objetiva. Para isso, o candidato deve assinalar, no formulário de inscrição no endereço eletrônico da COPEVE/UFAL, que necessita de condição especial para a realização da Prova Objetiva e entregar requerimento, disponibilizado no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br/sistema, na sede da COPEVE/UFAL, situada no Campus A. C. Simões, localizado na Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió-AL, no período entre 13/05/2016 e 13/06/2016 (exceto sábados, domingos e feriados), no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. É necessário, ainda, anexar cópia do comprovante de inscrição, laudo médico original atestando a espécie, o grau e o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e com especificação de suas necessidades quanto ao atendimento personalizado.
- 4.25.1 O requerimento de que trata o subitem 4.25 poderá ainda ser enviado por meio dos Correios, com Aviso de Recebimento (AR), com data de postagem até o dia 13/06/2016. O candidato que optar por esta modalidade de envio deverá estar ciente de que a COPEVE/UFAL não se responsabilizará por requerimentos entregues em datas que inviabilizem a operacionalização do atendimento especial.
- 4.26 As condições especiais de que trata o subitem 4.25 não incluem atendimento domiciliar nem prova em Braille.
- 4.27 Aos candidatos com visão subnormal (amblíope) serão oferecidas provas ampliadas em tamanho 22, e aos cegos será disponibilizado um Ledor, mediante requerimento prévio, efetuado conforme o subitem 4.25.
- 4.28 Ao candidato com deficiência, com necessidades especiais ou com problema de saúde, que não cumprir com o estabelecido no subitem 4.25, não será concedida a condição especial de que necessita para a realização das provas, ficando sob sua responsabilidade a opção de realizá-las ou não.
- 4.29 O laudo médico a que se refere o subitem 4.25 não será devolvido ao candidato, constituindo acervo do Concurso Público.
- 4.30 O tempo de realização de provas para os candidatos com deficiência poderá ser acrescido em até 1 (uma) hora a mais que o tempo estabelecido para os demais candidatos. Para isso, o candidato com deficiência deverá solicitar condição especial requerendo explicitamente o tempo adicional, com justificativa, acompanhado de parecer emitido por médico especialista da área de sua deficiência, conforme estabelecido no subitem 4.25.
- 4.31 Os candidatos com deficiência auditiva e que tenham necessidade do uso de aparelho auditivo deverão entregar à COPEVE/UFAL requerimento próprio, acompanhado de laudo médico, conforme subitem 4.25, para informar o uso de aparelho auditivo no dia da prova.
- 4.32 Os candidatos que, por motivos médicos ou legais, necessitem portar equipamentos durante a realização da prova, tais como tornazeira eletrônica de monitoramento, equipamentos de medição de glicose ou pressão e etc. deverão entregar à COPEVE/UFAL requerimento próprio, conforme subitem 4.25, acompanhado de documento que comprove a necessidade/obrigação de utilizar este equipamento durante a realização das provas.
- 4.33 O candidato, cuja deficiência, necessidade especial ou cujos problemas de saúde impossibilitem a transcrição das respostas das questões para a Folha de Respostas, terá o auxílio de um Fiscal para fazê-lo, não podendo a COPEVE/UFAL e/ou a FUNDEPES serem responsabilizadas posteriormente, sob qualquer alegação, por parte do candidato, de eventuais erros de transcrição provocados pelo Fiscal.
- 4.33.1 O Fiscal designado pela COPEVE/UFAL para transcrever as respostas do candidato para a Folha de Respostas somente poderá realizar esta atividade na presença do candidato, ou seja, se por qualquer motivo o candidato se ausentar da sala (para ir ao banheiro ou para atendimento médico, por exemplo), a transcrição para a Folha de Respostas será interrompida até o seu retorno, independente do tempo restante para o término da prova.



4.34 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar condição especial para tal fim, conforme o subitem 4.25, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, somente podendo ausentar-se do prédio ao término da prova. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova com acompanhamento especial para este fim, tendo em vista que a COPEVE/UFAL e/ou a FUNDEPES não disponibilizarão acompanhante para guarda da criança.

4.34.1 Nos horários necessários para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma Fiscal.

4.34.2 Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma Fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata, inclusive o acompanhante trazido pela candidata para a guarda da criança.

4.34.3 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

4.35 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido. O resultado preliminar da análise dos requerimentos de atendimento especial será publicado na data provável de 01/07/2016 no endereço eletrônico da COPEVE/UFAL.

4.35.1 O candidato que tiver sua solicitação de condição especial para realização da prova indeferida poderá recorrer do resultado preliminar no período entre 04/07/2016 e 06/07/2016 (exceto sábados, domingos e feriados), no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, mediante entrega de recurso na sede da COPEVE/UFAL, situada no Campus A. C. Simões, localizada na Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió-AL.

4.35.2 O recurso poderá ainda ser enviado por meio dos Correios, por Sedex, com Aviso de Recebimento (AR), com data de postagem até o dia 06/07/2016. O candidato que optar por esta modalidade de envio deverá estar ciente de que a COPEVE/UFAL não se responsabilizará por requerimentos entregues em datas que inviabilizem a operacionalização do atendimento especial.

4.36 O resultado final da análise dos requerimentos de atendimento especial, após avaliação dos recursos, será publicado na data provável de 15/07/2016 no endereço eletrônico da COPEVE/UFAL.

5 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS OU PARDOS

5.1 Das vagas destinadas para cada Cargo/Campus, e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, 20% (vinte por cento) serão providas na forma da Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014, sendo destinadas a candidatos que se autodeclarem negros ou pardos, conforme quantitativo discriminado no quadro do subitem 2.3 deste Edital.

5.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 deste Edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º do Artigo 1º da Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014.

5.3 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos que se autodeclarem pretos ou pardos no Cargo/Campus em que o número de vagas seja igual ou superior a 3 (três), nos termos do § 1º do Artigo 1º da Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014.

5.3.1 Nos casos em que o número de vagas por Cargo/Campus seja inferior a 3 (três), haverá a formação de cadastro de reserva dos candidatos negros ou pardos aprovados, respeitando-se os limites de homologação do Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, de acordo com o discriminado no subitem 10.3 deste Edital.

5.4 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros ou pardos, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

5.5 A autodeclaração terá validade somente para esse Concurso Público, devendo ser atestado pelo candidato no sistema de inscrições da COPEVE/UFAL no ato da sua inscrição, nos termos do subitem 5.4 deste Edital.

5.6 As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder por qualquer falsidade.

5.7 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do Concurso Público e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.8 Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Concurso.

5.8.1 Os candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

5.8.2 Na hipótese de que trata o subitem 5.8.1 deste Edital, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros.

5.8.3 Na hipótese de o candidato aprovado tanto na condição de negro quanto na de deficiente ser convocado primeiramente para o provimento de vaga destinada a candidato negro, ou optar por esta na hipótese do subitem 5.8.1 deste Edital, fará jus aos mesmos direitos e benefícios assegurados ao servidor com deficiência.

5.9 Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos negros.

5.10 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

5.11 Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no Concurso.

5.12 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas por Cargo/Campus e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

5.13 O candidato negro ou pardo, que for convocado deverá, antes da posse, submeter-se obrigatoriamente por exame de Heteroidentificação, a ser realizado pelo IFAL, por meio de entrevista com Comissão competente instituída pelo Reitor, que ateste a sua condição.

6 DO CARTÃO DE INSCRIÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

6.1 O cartão de inscrição dos candidatos, cujas inscrições forem confirmadas via pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU) ou por isenção, contendo informações referentes à data e ao local de realização das Provas Objetivas (nome do estabelecimento, endereço e sala), estará disponível na data provável de 18/10/2016, exclusivamente pela Internet, no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br.

6.1.1 Na possibilidade de qualquer falha técnica do endereço eletrônico da COPEVE/UFAL, será disponibilizado, subsidiariamente, no endereço eletrônico da FUNDEPES, www.fundepes.br, o acesso para consulta do cartão de inscrição, assim como poderá ser publicada uma relação de todos os candidatos devidamente inscritos no Concurso Público, com a indicação do local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala). Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa acessar o seu cartão de inscrição no endereço eletrônico da COPEVE/UFAL, este deverá conferir as informações quanto ao local de realização da prova no endereço eletrônico da FUNDEPES.

6.1.2 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

7 DAS PROVAS OBJETIVAS

Dia e locais de realização das Provas Objetivas.

7.1 As Provas Objetivas realizar-se-ão, simultaneamente, na data provável de 23/10/2016, nos municípios de Maceió e Arapiraca, situados no estado de Alagoas, em locais e horários a serem divulgados no cartão de inscrição. Caso os espaços físicos destinados à realização das provas nos referidos municípios não sejam suficientes para comportar a demanda de candidatos, os excedentes serão realocados para os municípios circunvizinhos.

7.2 O candidato deverá ter ciência de que poderá ser alocado para fazer a prova em qualquer um dos municípios circunvizinhos aos municípios de Maceió e Arapiraca, situados em Alagoas, de acordo com o planejamento e organização da COPEVE/UFAL. As despesas com deslocamento para a realização da prova ocorrerão exclusivamente por conta do candidato.

7.3 Conforme previsto no subitem 3.4, no momento da inscrição o candidato deverá escolher um dos seguintes locais para realização das Provas Objetivas: Maceió ou Arapiraca, situados em Alagoas. Após a confirmação da inscrição pelo candidato, uma vez escolhido o local para realização da prova, ele não poderá mais ser alterado.

7.4 A COPEVE/UFAL, a FUNDEPES e o IFAL não se responsabilizarão por eventuais coincidências de datas e horários de provas e quaisquer outras atividades.

Constituição e realização das Provas Objetivas. A Prova Objetiva será constituída por um caderno contendo 60 (sessenta) questões para os cargos de nível superior e 50 (cinquenta) questões para os cargos de nível fundamental previstos neste Edital. As questões serão de múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, havendo apenas 1 (uma) correta.

7.5 A distribuição de questões por disciplina está descrita nos quadros abaixo. O Conteúdo Programático da Prova Objetiva de cada Cargo está discriminado no Anexo I deste Edital. cargos de nível superior

Disciplina	Quantidade de Questões
Português	15
Raciocínio Lógico	05
Fundamentos da Administração Pública	10
Informática	05
Conhecimentos Específicos	25
Total	60



cargos de nível fundamental

Disciplina	Quantidade de Questões
Português	15
Matemática	10
Informática	10
Conhecimentos Específicos	15
Total	50

7.6 A nota final da Prova Objetiva será obtida multiplicando-se o número de questões acertadas pelo valor de cada questão, conforme constante no subitem 10.2 deste Edital.

7.7 A elaboração das Provas será levada a efeito por Banca Examinadora constituída pela COPEVE/UFAL que, na formulação das questões, levará em consideração, além da consistência, sua pertinência com o Conteúdo Programático discriminado no Anexo I deste Edital.

7.8 A COPEVE/UFAL caberá manter sigilo na elaboração das provas, sendo de sua exclusiva responsabilidade a eventual quebra desse sigilo, em decorrência de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou da Banca Examinadora por ela constituída.

Procedimentos para ingresso no local de prova e para a realização das provas. Os portões dos locais de provas ficarão abertos para ingresso dos candidatos durante 60 (sessenta) minutos. Os horários de abertura e fechamento dos portões serão indicados no cartão de inscrição. Não será permitido, sob qualquer hipótese, o acesso de candidatos aos locais de provas após o fechamento dos portões. A prova terá início 20 (vinte) minutos após o fechamento dos portões.

7.9 Para participar da prova, o candidato deverá apresentar-se no local e horário indicados no cartão de inscrição munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, cartão de inscrição e documento oficial de identidade ou equivalente, conforme subitens 7.12 e 7.12.1, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas.

7.10 Serão considerados documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como, por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC e etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/1997).

7.10.1 Não serão aceitos como documentos de identificação: documentos com validade vencida (mesmo os especificados no subitem 7.12), certidões de nascimento ou casamento, CPF, títulos eleitorais, Carteira Nacional de Habilitação (modelo sem foto ou com o período de validade vencido há mais de 30 dias), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

7.11 Nenhum outro documento, além dos especificados no subitem 7.12, poderá ser aceito em substituição ao documento de identificação, bem como não será aceita cópia, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

7.12 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitirem, com clareza, a identificação do candidato.

7.13 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. O candidato nessas condições ou que apresentar original de documento oficial de identificação que gere dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e assinaturas em formulário próprio e coleta de impressão digital, e fará a prova em caráter condicional.

7.14 Os candidatos que não portarem documento de identidade ou equivalente e/ou que chegarem após o horário indicado para o fechamento dos portões do local de prova não terão acesso às dependências do local de realização das provas e estarão automaticamente eliminados do Concurso Público. Em nenhuma hipótese serão aceitas justificativas.

7.15 O documento de identificação permanecerá em cima da banca/carteira, em local visível na respectiva sala de prova, para adequada identificação do candidato durante a realização da prova e, se for o caso, para identificação dos pertences pessoais.

7.16 É de responsabilidade do candidato, ao término da sua prova, recolher e conferir os seus pertences e o seu documento de identificação apresentado quando do seu ingresso na sala de provas.

7.17 Não será permitido a nenhum candidato, sob qualquer alegação, prestar prova em local e horário diversos do estabelecido no cartão de inscrição.

7.18 Não haverá, sob qualquer pretexto, segunda chamada ou repetição de provas.

7.19 O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso.

7.20 A Prova Objetiva terá duração de 04h (quatro horas) para todos os cargos.

7.21 Será impedido de realizar a prova o candidato que comparecer trajado inadequadamente, ou seja, sem camisa, usando roupa de banho e etc., ou que se apresente ao local de prova visivelmente alcoolizado ou sob efeito de entorpecentes.

7.22 É expressamente proibido o uso e o porte de aparelho eletrônico ou de comunicação nas instalações do local de prova, tais como: bip, relógios digitais, Mp3/Mp4, agenda eletrônica, tablet, notebook, netbook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares, bem como protetores auriculares, sob pena de desclassificação do candidato. Não será permitido, também, durante a realização da prova, o uso de boné, óculos escuros ou outros acessórios similares que impeçam a visão total das orelhas do candidato.

7.23 É terminantemente proibido o ingresso do candidato aos locais de prova portando armas de qualquer espécie. Os profissionais que, por força de Lei, necessitem portar arma, deverão procurar a Coordenação do local de prova antes do início das provas.

7.24 Durante a aplicação da prova não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, manuais, impressos ou anotações, máquinas calculadoras (também em relógios), agendas eletrônicas ou similares.

7.25 O aparelho celular permanecerá desligado, sem bateria e guardado no chão, embaixo da banca/carteira, em embalagem de segurança a ser fornecida pela COPEVE/UFAL, juntamente com os pertences do candidato, até a saída dele da sala de provas e do prédio.

7.26 O candidato que necessitar deslocar-se da sala para ir ao banheiro durante a realização das provas, somente poderá fazê-lo devidamente acompanhado do Fiscal, deixando o Caderno de Questões e a Folha de Respostas na sala onde estiver sendo prestada a prova, bem como deixando seus pertences e aparelho celular no local indicado pelo subitem 7.27.

7.27 Os membros da equipe de Coordenação/Fiscalização não assumirão a guarda de quaisquer objetos pertencentes aos candidatos.

7.28 A COPEVE/UFAL e a FUNDEPES não se responsabilizarão pelo extravio de quaisquer objetos ou valores portados pelos candidatos durante a aplicação das provas deste Concurso Público.

7.29 O candidato receberá uma única Folha de Respostas para o preenchimento do gabarito contendo seu nome, local da prova, sala, data e o tipo da prova. Em hipótese alguma será concedida outra Folha de Respostas ao candidato.

7.30 O candidato deverá transcrever, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul, as respostas das questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para correção eletrônica. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas neste Edital, no Caderno de Questões e na própria Folha de Respostas.

7.31 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos das marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas, não sendo acatadas, portanto, quaisquer reclamações nesse sentido.

7.32 O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura eletrônica de sua Folha de Respostas pelo sistema integrado de processamento da COPEVE/UFAL. No caso de impossibilidade da leitura eletrônica da Folha de Respostas, por ação do candidato, será atribuída a ele a nota zero.

7.33 Se as provas forem aplicadas com tipos diferentes, o candidato deverá obrigatoriamente sentar-se na carteira identificada com seu nome e que contém expressamente seu tipo de prova.

7.34 É de inteira responsabilidade do candidato verificar, antes de iniciada a prova, se o tipo de prova expresso na capa do Caderno de Questões que lhe foi entregue condiz com o tipo de prova expresso na sua Folha de Respostas e na etiqueta de identificação de sua banca. O candidato que não fizer esta verificação arcará com os prejuízos advindos dos problemas ocasionados pela não verificação destes fatos. Caso haja diferença no tipo de prova expresso na capa de sua prova, na sua Folha de Respostas e na etiqueta de identificação de sua banca, o candidato deverá imediatamente comunicar o fato ao Fiscal de sala.

7.35 O candidato, ao terminar a prova, entregará ao Fiscal, juntamente com a Folha de Respostas, seu Caderno de Questões. Somente após transcorridas 2h30min (duas horas e trinta minutos) do início das provas é que será permitida a retirada da sala para saída definitiva do prédio. Em nenhum momento será permitido ao candidato que ele se retire da sala com o Caderno de Questões. O candidato somente poderá levar anotado seu gabarito na Folha de Gabarito fornecida pela COPEVE/UFAL.

7.36 Nas salas que apresentarem apenas 1 (um) Fiscal de sala, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se do recinto juntos, após a assinatura da Ata de encerramento de provas.

7.37 Será atribuída nota zero à questão da prova que contenha na Folha de Respostas: dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada e/ou resposta que não tenha sido transcrita do Caderno de Questões para a Folha de Respostas.

7.38 Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

I.	chegar atrasado para o início das provas, seja qual for o motivo alegado;
II.	não comparecer ao local de provas;
III.	fizer, a qualquer tempo e em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
IV.	deixar de apresentar quaisquer dos documentos que comprovem o atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital;
V.	desrespeitar membro da equipe de fiscalização, pessoal de apoio ou coordenação, assim como o que proceder de forma a perturbar a ordem e a tranquilidade necessárias à realização das provas;
VI.	for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou utilizando-se de máquinas de calcular, aparelho celular, livros, códigos, manuais impressos, anotações ou, após as provas, for comprovado, por meio eletrônico, visual ou grafológico, ter-se utilizado de processos ilícitos na realização das provas;



VII	ausentar-se da sala de prova sem justificativa e/ou sem autorização, após ter assinado o Controle de Frequência, portando ou não a Folha de Respostas;
VIII	descumprir as instruções contidas na capa do Caderno de Questões;
IX	não devolver a Folha de Respostas e o Caderno de Questões;
X	recusar-se a entregar o material das provas, ao término do tempo destinado para a sua realização;
XI	utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos, para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
XII	não permitir a coleta de impressão digital no momento da aplicação das provas, ou em quaisquer convocações que sejam realizadas pela COPEVE/UFAL e/ou pela FUNDEPES;
XIII	fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
XIV	descumprir os termos do presente Edital.

7.39 Como meio de garantir a segurança dos candidatos e a lisura do Concurso Público, a COPEVE/UFAL poderá proceder, como forma de identificação, a coleta da impressão digital de todos os candidatos no dia da realização das provas, bem como poderá submeter os candidatos à revista manual ou ao sistema de detecção de metal durante o Concurso.

7.40 Não será permitido, em nenhuma hipótese, o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao Concurso Público no estabelecimento de aplicação das provas.

8 DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

8.1 A COPEVE/UFAL divulgará o gabarito preliminar, juntamente com as Provas Objetivas, no endereço eletrônico: www.copeve.ufal.br, na data provável de 27/10/2016, a partir das 21h00.

9 DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

9.1 Não caberá pedido de revisão da Prova Objetiva, qualquer que seja a alegação do candidato.

9.2 Será admitido recurso relativo às questões da Prova Objetiva, apenas uma única vez, que deverá tratar de matéria concernente à impugnação de questões por má formulação ou por impertinência com o Conteúdo Programático.

9.3 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas poderá fazê-lo no prazo de 72 (setenta e duas) horas ininterruptas. O prazo para interposição dos recursos será iniciado às 00h00 do dia posterior a publicação do gabarito preliminar no endereço eletrônico da COPEVE/UFAL.

9.4 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das Provas Objetivas, o candidato deverá utilizar obrigatoriamente o formulário eletrônico para recursos disponível no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br/sistema. Os recursos deverão ser elaborados individualmente e por questão, seguindo as orientações constantes no formulário eletrônico, e ser encaminhados pelo sistema eletrônico da COPEVE/UFAL.

9.5 No caso de haver necessidade de o candidato anexar alguma informação adicional, como textos ou figuras para justificar seu recurso, ele deverá, apenas neste caso, imprimir o formulário eletrônico para recursos devidamente preenchido, anexando as referidas informações adicionais, e encaminhá-los para a COPEVE/UFAL, com sede no Campus A. C. Simões, localizado na Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió-AL, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, dentro do prazo estabelecido pelo subitem 9.3, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, exceto sábados, domingos e feriados.

9.6 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou que desrespeite a Banca Examinadora serão preliminarmente indeferidos.

9.7 Não será possível, sob qualquer alegação, interposição de recurso fora dos prazos e horários estabelecidos pelos subitens 9.3 e 9.5.

9.8 Não será recebido recurso interposto por via postal, fax-símile (fax) ou e-mail. Na hipótese especificada no subitem 9.5, poderá ser interposto recurso por procurador devidamente constituído por instrumento público ou particular de mandato com poderes específicos, que ficará retido, sendo necessária a apresentação do documento de identidade do procurador e da cópia autenticada em cartório da carteira de identidade do candidato, o qual assumirá as consequências de eventuais erros do procurador quanto à formulação do respectivo recurso. No caso da utilização de procuração particular, haverá a necessidade de reconhecimento de firma em cartório.

9.9 Se do exame de recursos resultar em anulação de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.10 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão integrante da prova objetiva, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.11 Todos os recursos serão analisados por Banca Examinadora específica e as eventuais alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico www.copeve.ufal.br, quando da divulgação do gabarito definitivo.

9.12 Não serão publicadas respostas individuais aos candidatos que interpuserem recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva. O candidato que desejar ter acesso à resposta individual do seu recurso deverá entregar requerimento no Protocolo Geral da Universidade Federal de Alagoas, situado no Campus A.C. Simões, localizado na Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió-AL, instruído com cópia autenticada em cartório do documento de identidade e CPF. A COPEVE/UFAL disponibilizará resposta ao candidato no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de protocolo do requerimento, desde que seja posterior à publicação do gabarito definitivo do Concurso Público no endereço eletrônico da COPEVE/UFAL.

10 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO E DOS CRITÉRIOS PARA CORREÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

10.1 As questões que compoem a Prova Objetiva serão elaboradas com o intuito de avaliar tanto o conhecimento de terminologias e de fatos específicos, quanto às habilidades (compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação), objetivando aferir a competência cognitiva necessária para o exercício dos Cargos ofertados por meio deste Edital, bem como o Conteúdo Programático constante no Anexo I deste Edital.

10.2 A Nota Final da Prova Objetiva será dada pela multiplicação do número de acertos pela pontuação de cada questão, considerando os quadros a seguir.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Disciplina	Número de Questões	Pontuação da questão	Total de Pontos
Português	15	1,5	22,5
Raciocínio Lógico	05	1,5	7,5
Fundamentos da Administração Pública	10	1,5	15,0
Informática	05	1,0	5,0
Conhecimentos Específicos	25	2,0	50,0
TOTAL			100,0

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Disciplina	Número de Questões	Pontuação da questão	Total de Pontos
Português	15	2,0	30,0
Matemática	10	2,0	20,0
Informática	10	2,0	20,0
Conhecimentos Específicos	15	2,0	30,0
TOTAL			100,0

10.3 Para ser aprovado no Concurso Público de que trata este Edital, o candidato deverá, concomitantemente:

a) obter na Prova Objetiva o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total de pontos válidos, considerando o conjunto de todas as disciplinas; e

b) alcançar classificação de acordo com o limite estabelecido no Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, conforme o número de vagas previsto para cada Cargo/Campus, de acordo com o número máximo de aprovados na Prova Objetiva apresentado no quadro a seguir.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CÓD.	CARGO	CAMPI	NÚMERO MÁXIMO DE APROVADOS POR CARGO/CAMPI		
			TOTAL	DEFICIENTES	NEGROS OU PARDOS
01	Administrador	Batalha	05	05	05
		Coruripe	05	05	05
		Maragogi	05	05	05
		Palmeira dos Índios	05	05	05
		Penedo	05	05	05
		Santana do Ipanema	05	05	05
		São Miguel dos Campos	05	05	05
		Reitoria	14	05	05
		Arquivista	14	05	05
02	Analista de Tecnologia da Informação	Reitoria	05	05	05
03	Auditor	Reitoria	05	05	05
04	Bibliotecário - Documentalista	Batalha	05	05	05
		Coruripe	05	05	05
		Maragogi	05	05	05
		Penedo	05	05	05
		Piranhas	05	05	05



		Santana do Ipanema	05	05	05
06	Economista	Reitoria	05	05	05
07	Enfermeiro	Arapiraca	05	05	05
		Batalha	05	05	05
		Coruripe	05	05	05
		Maragogi	05	05	05
		Murici	05	05	05
		Penedo	05	05	05
		Piranhas	05	05	05
		Santana do Ipanema	05	05	05
		São Miguel dos Campos	05	05	05
		Vicosa	05	05	05
08	Jornalista	Arapiraca	05	05	05
		Maragogi	05	05	05
		Palmeira dos Índios	05	05	05
		Piranhas	05	05	05
09	Nutricionista	Batalha	05	05	05
		Coruripe	05	05	05
		Maragogi	05	05	05
		Palmeira dos Índios	05	05	05
		Penedo	05	05	05
		Piranhas	05	05	05
10	Pedagogo	Murici	05	05	05
		Vicosa	05	05	05
11	Programador Visual	Reitoria-DIREAD	05	05	05
12	Técnico em Assuntos Educacionais	Arapiraca	09	05	05
		Coruripe	05	05	05
		Maragogi	05	05	05
		Marechal Deodoro	05	05	05
		Murici	09	05	05
		Palmeira dos Índios	05	05	05
		Penedo	14	05	05
		Reitoria	05	05	05
		Reitoria-DIREAD	05	05	05
		Rio Largo	05	05	05
		Santana do Ipanema	09	05	05
		São Miguel dos Campos	09	05	05
		Vicosa	05	05	05

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL.

CÓD.	CARGO	CAMPI	NÚMERO MÁXIMO DE APROVADOS POR CARGO/CAMPI		
			TOTAL	DEFICIENTES	NEGROS OU PARDOS
13	Auxiliar de Biblioteca	Batalha	09	05	05
		Coruripe	05	05	05
		Murici	05	05	05
		Piranhas	05	05	05
		Rio Largo	05	05	05
		Santana do Ipanema	09	05	05
		São Miguel dos Campos	05	05	05
		Satuba	05	05	05
		Vicosa	09	05	05
		Piranhas	05	05	05
		Reitoria	05	05	05
14	Auxiliar em Administração	Piranhas	05	05	05
		Reitoria	05	05	05

* Número máximo de aprovados no Concurso Público em observância ao que dispõe o Decreto nº 3.298/1999, o Art. 5º, §2º, da Lei nº 8.112/1990 e o Anexo II do Decreto nº 6.944/2009.

10.4 Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem a pontuação igual a do último candidato estabelecido no limite citado no quadro constante na alínea "b" do subitem 10.3 deste Edital.

10.5 Os candidatos que não cumprirem o que estabelece a alínea "b" do subitem 10.3 serão automaticamente reprovados do Concurso Público, ainda que tenham atingido a pontuação mínima.

10.6 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente segundo a nota da Prova Objetiva, conforme subitem 10.2 deste Edital.

11 DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 O resultado final do Concurso Público será publicado na data provável de 09/12/2016 nos endereços eletrônicos da COPEVE/UFAL e FUNDEPES, sendo publicados os seguintes resultados, nos termos do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009:

- Resultado final da ampla concorrência, por Cargo/Campus;
- Resultado final das Reservas de Vagas para Negros, por Cargo/Campus;
- Resultado final das Reservas de Vagas para Deficientes, por Cargo/Campus.

11.2 Para efeito de classificação, havendo empate nas notas finais, os critérios de desempate serão sucessivamente:

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

I	maior número de pontos na disciplina de Conhecimentos Específicos da Prova Objetiva;
II	maior número de pontos na disciplina de Português da Prova Objetiva;
III	maior número de pontos na disciplina de Fundamentos da Administração Pública da Prova Objetiva;
IV	maior número de pontos na disciplina de Raciocínio Lógico da Prova Objetiva;
V	maior número de pontos na disciplina de Informática da Prova Objetiva;
VI	idade mais elevada (dia, mês e ano).

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL.

I	maior número de pontos na disciplina de Conhecimentos Específicos da Prova Objetiva;
II	maior número de pontos na disciplina de Português da Prova Objetiva;
III	maior número de pontos na disciplina de Matemática da Prova Objetiva;
IV	maior número de pontos na disciplina de Informática da Prova Objetiva;
V	idade mais elevada (dia, mês e ano).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016051300067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



11.2.1 Quando o empate na nota final envolver candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição deste Concurso, conforme Art. 27, Parágrafo Único da Lei Federal nº 10.741/2003, os critérios de desempate passarão a observar a seguinte ordem:

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

I	idade mais elevada (dia, mês e ano).
II	maior número de pontos na disciplina de Conhecimentos Específicos da Prova Objetiva.
III	maior número de pontos na disciplina de Português da Prova Objetiva.
IV	maior número de pontos na disciplina de Fundamentos da Administração Pública da Prova Objetiva.
V	maior número de pontos na disciplina de Raciocínio Lógico da Prova Objetiva.
VI	maior número de pontos na disciplina de Informática da Prova Objetiva.

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL.

I	idade mais elevada (dia, mês e ano).
II	maior número de pontos na disciplina de Conhecimentos Específicos da Prova Objetiva.
III	maior número de pontos na disciplina de Português da Prova Objetiva.
IV	maior número de pontos na disciplina de Matemática da Prova Objetiva.
V	maior número de pontos na disciplina de Informática da Prova Objetiva.

12 DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

12.1 Com base no Art. 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, a contar da data de sua homologação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante ato próprio de autoridade competente, observadas as normas vigentes pela Administração Pública Federal.

13 DO REGIME JURÍDICO E DO REGIME DE TRABALHO

13.1 A admissão será feita sob a égide do Regime Jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nos termos do Plano de Carreira dos Cargos dos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

13.2 A admissão dar-se-á no Padrão de Vencimento 01 e Nível de Capacitação I, correspondentes ao Nível de Classificação (C, D ou E) do Cargo em que se deu a aprovação, conforme a tabela de estrutura e de remuneração da Carreira dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com a redação dada pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

13.3 Ao entrar em exercício, o servidor cumprirá estágio probatório, nos termos do Artigo 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

14 DA CLASSIFICAÇÃO, NOMEAÇÃO e posse

14.1 Será homologada a quantidade de candidatos aprovados neste Certame, de acordo com o limite estabelecido no Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, respeitada a ordem de classificação.

14.2 A aprovação do candidato, no presente Concurso, constitui mera expectativa de direito à sua posse, ficando este ato condicionado à rigorosa observância da ordem de classificação e ao interesse e conveniência da Administração do IFAL.

14.3 Os candidatos classificados dentro do número de vagas existentes somente serão nomeados após publicação de ato normativo a ser editado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Educação, concedendo autorização para efetivação dos provimentos dos cargos de que trata este Edital. Após a homologação do resultado final, a nomeação dos concursados obedecerá à rigorosa ordem de classificação, e será feita de acordo com o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, por ato do Reitor do IFAL, publicado no Diário Oficial da União.

14.4 A nomeação do candidato aprovado ocorrerá por meio da publicação da Portaria no Diário Oficial da União, sendo o candidato informado por meio eletrônico (e-mail) e por carta com aviso de recebimento (AR) para o endereço cadastrado no sistema de inscrições da COPEVE/UFAL, sendo de responsabilidade do candidato manter seus dados atualizados junto à Diretoria de Gestão de Pessoas do IFAL.

14.4.1 O candidato nomeado deverá apresentar-se perante a Diretoria de Gestão de Pessoas do IFAL, no prazo máximo de 30 (trinta) dias para ser empossado, contados a partir da data de publicação da Portaria de Nomeação no Diário Oficial da União, entrando em exercício no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da posse. Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer neste prazo (Artigo 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990), sendo permitido ao IFAL o direito de convocar o próximo candidato habilitado.

14.5 Exclusivamente no interesse da Administração, o candidato poderá ser aproveitado para qualquer Campus no âmbito do IFAL, distinto daquele para o qual concorreu, observando-se rigorosamente a ordem de classificação geral dos candidatos.

14.5.1 Para a situação prevista no subitem 14.5, a convocação ocorrerá por meio eletrônico (e-mail), na qual o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para sua manifestação. Em caso de ausência de manifestação dentro do prazo citado, a Diretoria de Gestão de Pessoas do IFAL enviará carta com aviso de recebimento (AR) para o endereço cadastrado no sistema de inscrições da COPEVE/UFAL, sendo de responsabilidade do candidato manter seus dados atualizados junto à Diretoria de Gestão de Pessoas do IFAL.

14.5.2 Caso o candidato manifeste interesse na nomeação para outro Campus diferente do inscrito, mediante opção declarada, deixará de compor a relação dos candidatos aprovados para o Campus de inscrição original.

14.5.3 Caso o candidato não aceite ser aproveitado para outro Campus do IFAL distinto do qual se inscreveu, mediante opção declarada, será assegurada a sua permanência na ordem de classificação, ficando facultado o aproveitamento do próximo candidato que manifestar concordância.

14.6 O candidato aprovado neste Concurso poderá desistir da nomeação a qualquer tempo por meio de assinatura de termo na Diretoria de Gestão de Pessoas do IFAL, perdendo o direito de nomeação.

14.7 Em caso de desistência de posse do candidato nomeado, fica assegurado ao IFAL o direito de nomear outro candidato, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

14.8 Respeitando-se a ordem de classificação e devidamente autorizado pela Reitoria do IFAL, os candidatos aprovados no Concurso Público regido por este Edital poderão ser aproveitados por outras instituições federais de ensino, sediadas no Estado de Alagoas, desde que haja compatibilidade com a carreira objeto deste Certame.

14.8.1 Caso o candidato manifeste interesse, mediante opção declarada, na nomeação por outra instituição, deixará de compor a relação dos candidatos aprovados do IFAL.

14.8.2 Caso o candidato não aceite ser aproveitado por outra instituição, mediante opção declarada, será assegurada a sua permanência na ordem de classificação, ficando facultado à instituição interessada o aproveitamento do próximo candidato.

14.9 O provimento do cargo fica condicionado à apresentação de todos os documentos originais comprobatórios dos requisitos relacionados no subitem 15.1, além dos que forem solicitados pelo setor competente.

14.10 Para provimento das vagas de que trata este Concurso, prevalecerá o regime para o ingresso no serviço público da Administração Pública Federal, vigente na ocasião da nomeação.

14.11 A posse dos candidatos observará o limite de vagas estabelecido no presente Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pela autoridade competente.

14.12 A jornada de trabalho poderá ocorrer durante o turno diurno e/ou noturno, de acordo com as especificidades do Cargo e as necessidades do IFAL.

14.13 A Diretoria de Gestão de Pessoas do IFAL divulgará, no ato da convocação, os exames médicos necessários e obrigatórios.

14.14 O candidato habilitado, que lograr classificação e for convocado para assumir o cargo, somente tomará posse se for considerado apto no exame médico, homologado pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIAS, vinculado ao IFAL.

14.15 O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito, nos termos do Artigo 41, caput, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, a estabilidade após 3 (três) anos, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão avaliados por comissão competente.

15 dos REQUISITOS BÁSICOS PARA A POSSE

15.1 A posse do candidato aprovado no Concurso Público está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos:

a) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do Art. 12 da Constituição Federal e do Art. 13 do Decreto Federal nº 70.436/1972;

b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

c) não ter registro de antecedentes criminais;

d) estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;

e) apresentar certidão de quitação eleitoral, comprovando estar em situação regular com a Justiça Eleitoral;

f) possuir a escolaridade mínima exigida, conforme estabelecido no subitem 2.1 deste Edital, mediante a apresentação de:

i) certificado de conclusão de Ensino Fundamental, fornecido por instituições credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC) ou pelos Conselhos de Educação ou Secretarias de Educação dos Estados ou do Distrito Federal;

ii) conclusão de Ensino Superior, emitido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), devidamente credenciada para este fim.

g) apresentar registro no conselho de classe competente, quando este for requisito mínimo, conforme estabelecido no subitem 2.1 deste Edital. Nos casos do candidato estar registrado em conselho de classe sediado em outro Estado da Federação, deverá apresentar inscrição secundária na seccional alagoana do seu conselho de classe, nos termos da legislação em vigor;

h) apresentar atestado médico que comprove ser deficiente físico e estar apto para o cargo, no caso dos candidatos inscritos nas vagas destinadas para deficientes;

i) estar apto física e mentalmente para o exercício do cargo, nos termos dos subitens 14.13 e 14.14 deste Edital;



- j) apresentar declaração de disponibilidade para jornada de trabalho especificada no subitem 2.1 deste Edital;
- k) apresentar Declaração de que exerce ou não cargo ou função pública na administração pública federal, estadual ou municipal, conforme vedação constante das normas do § 10, Art. 37, da Constituição Federal;
- l) apresentar cópias do RG, CPF, comprovante de residência e registro no PIS/PASEP;
- m) entregar duas fotos 3x4 (recentes e idênticas);
- n) não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade incompatível com a investidura do cargo público, prevista no Artigo 137, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112/1990 com suas respectivas alterações;
- o) apresentar declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- p) conhecer, atender, aceitar e submeter-se às condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento;
- q) ter sido aprovado no Concurso Público.
- 15.2 A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no subitem 15.1 impedirá a nomeação do candidato.
- 15.3 Para a posse serão exigidos todos os documentos especificados no subitem 15.1, além daqueles que forem solicitados pelo IFAL.
- 15.4 O candidato que fizer qualquer declaração falsa ou inexata ao se inscrever, e caso não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá cancelada sua inscrição, e serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que tenha sido aprovado no Concurso Público.
- 15.5 Como condição para a posse, o IFAL poderá proceder à coleta de impressão digital do candidato aprovado, que será submetida a laudo pericial papiloscópico considerando a impressão digital colhida na Folha de Respostas durante a aplicação das provas.
- 16 das DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 16.1 O candidato poderá obter informações e orientações sobre o Concurso Público, tais como editais, processo de inscrição, local de prova, gabaritos, resultado das provas, convocações para etapas do certame e resultado final, nos endereços eletrônicos www.copeve.ufal.br e www.fundepes.br.
- 16.2 A COPEVE/UFAL e FUNDEPES não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Certame.
- 16.3 Os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público devem manter atualizados seus endereços junto à Diretoria de Gestão de Pessoas do IFAL.
- 16.4 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato pela COPEVE/UFAL e pela FUNDEPES, valendo, para esse fim, as publicações oficiais e as do Diário Oficial da União ou as declarações ou atestados emitidos pelo IFAL.
- 16.5 Os funcionários, prestadores de serviços e estagiários da sede da FUNDEPES ou qualquer pessoa envolvida diretamente no Concurso não poderão concorrer aos Concursos Públicos promovidos pela Fundação, conforme deliberação do Conselho Deliberativo da FUNDEPES em reunião realizada em 20 de agosto de 2010.
- 16.6 Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão analisados pela Comissão do Concurso Público, instituída pela Portaria nº 462/GR, de 10 de março de 2016, e encaminhados, se necessário, à Procuradoria Federal e ao Reitor do IFAL.

SÉRGIO TEIXEIRA COSTA

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS DISCIPLINAS DAS PROVAS OBJETIVAS

OBSERVAÇÃO

Considerar-se-á a Legislação vigente e as alterações ocorridas até a data da publicação do extrato do Edital no Diário Oficial da União.

DISCIPLINAS COMUNS - CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

PORTUGUÊS

1. Análise e interpretação de textos verbais e não verbais: compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação; elementos de coesão e coerência textuais; intertextualidade; inferências; estrutura e organização do texto e dos parágrafos. 2. Tipologia e gênero textuais. 3. Figuras de linguagem. 4. Emprego dos pronomes demonstrativos. 5. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição, conclusão, concessão e causalidade). 6. Semântica: sinonímia e antonímia; homonímia e paronímia; hiponímia e hiperonímia; conotação e denotação; ambiguidade; polissemia. 7. Sintaxe da oração e do período. 8. Morfossintaxe: funções do que e do se. 9. Emprego do acento indicativo da crase. 10. Concordâncias verbal e nominal. 11. Regências verbal e nominal. 12. Colocação pronominal. 13. Emprego de tempos e modos verbais. 14. Pontuação. 15. Ortografia oficial.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Lógica proposicional. 2. Lógica de primeira ordem. 3. Argumentação lógica; Silogismos; Argumentos. 4. Regras de quantificação; Regras de inferência. 5. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. 6. Raciocínio sequencial. 7. Raciocínio lógico quantitativo. 8. Análise combinatória; Princípios de contagens; Combinações com e sem repetição; Arranjos com e sem repetição; Permutações com e sem repetição. 9. Probabilidade. 10. Noções básicas de conjuntos. 11. Análise, interpretação e utilização de dados apresentados em gráficos e tabelas.

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Administração pública e governo: conceito e objetivos. 2. Evolução dos modelos de administração pública. 3. Regime jurídico-administrativo: princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro. 4. Serviços Públicos: conceito; características; classificação; titularidade; princípios; usuários; execução; novas formas de prestação dos serviços públicos. 5. Ética no serviço público: comportamento profissional; atitudes no serviço; organização do trabalho; prioridade em serviço. 6. Lei Federal nº 8.112/90. 7. Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. 8. Lei Federal nº 8.429/92: dever de eficiência; dever de probidade; dever de prestar contas. 9. Controle da administração pública: conceito; fundamentos; objetivo; natureza jurídica; classificação; tipos. 10. Noções de Licitação (Lei Federal nº 8.666/93): normas gerais de licitação; conceito; finalidades; princípios; objeto e modalidades. 11. Contrato administrativo: noções gerais; elementos; características; formalização; cláusulas exorbitantes; alteração; execução e inexecução; revisão, rescisão, reajustamento e prorrogação; desfazimento; controle; modalidades; convênios e consórcios administrativos.

INFORMÁTICA

1. Conceitos relacionados a hardware, software, computadores e periféricos. 2. Conceitos relacionados ao ambiente Microsoft Windows (versões 7, 8 e 10), uso do ambiente gráfico, aplicativos, acessórios, execução de programas e suas funcionalidades: ícones, teclas de atalho, janelas, menus, arquivos, pastas e programas. 3. Conceitos relacionados ao ambiente Ubuntu Linux (versão LTS 16.04), uso do ambiente gráfico, aplicativos, acessórios, execução de programas e suas funcionalidades: ícones, teclas de atalho, janelas, menus, arquivos, pastas e programas. 4. Conceitos e conhecimentos na utilização das ferramentas, recursos dos pacotes de aplicativos LibreOffice (versão 5) e Microsoft Office (versão 2016): editores de texto, de planilhas de cálculo/eletrônicas, de apresentações eletrônicas e gerenciador de e-mails. 5. Conceitos, arquitetura e utilização de intranet e internet: navegadores (Internet Explorer 11 e Mozilla Firefox 46), sites de busca e pesquisa, grupos de discussão, redes sociais, segurança em rede e na internet (antivírus, firewall e anti spyware), produção, manipulação e organização de e-mails. 6. Conceitos básicos de tarefas e procedimentos de informática: armazenamento de dados e realização de cópia de segurança (backup), organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas, compartilhamentos, impressão e área de transferência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CÓD. 01 - ADMINISTRADOR

1. Administração pública: princípios; probidade; controles internos e externos; governabilidade, governança e accountability; ética. 2. Gestão de pessoas: dimensionamento; desenvolvimento; avaliação de desempenho; gestão de conflitos; clima organizacional e qualidade de vida; gestão por competências; e liderança. 3. Gestão de suprimentos e materiais. 4. Gestão patrimonial. 5. Gestão de estoques. 6. Planejamento: planejamento estratégico; técnicas de planejamento; balanced scorecard. 7. Planejamento e Orçamento Financeiro no serviço público. 8. Gestão de projetos públicos. 9. Gestão pública: gestão de processos; simplificação administrativa; carta de serviços ao cidadão; indicadores de gestão pública. 10. Gestão da informação integrada. 11. Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. 12. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. 13. Licitações: princípios; obrigatoriedade; dispensa e inexigibilidade; modalidades e procedimentos. 14. Contratos administrativos: conceitos, características, formalização e execução. 15. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais. 16. Estatuto e Regimento Geral do IFAL. 17. Acesso a Informação: transparência e controle social na administração pública. 18. Redação Oficial.

CÓD. 02 - ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016051300069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO: 1. Organização e arquitetura de computadores. 2. Componentes de um computador (hardware e software). 3. Sistemas de entrada, saída e armazenamento. 4. Sistemas de numeração e codificação. 5. Aritmética computacional. 6. Princípios de sistemas operacionais. 7. Características dos processadores e suas arquiteturas. 8. Aplicações de informática e microinformática. 9. Ambientes Windows e Linux. REDES DE COMPUTADORES E SISTEMAS OPERACIONAIS: 10. Modelos OSI/ISO e Internet. 11. LAN e WAN e Topologias. 12. Equipamentos de rede: Switches, Roteadores, Gateways, Modems, Repetidores, Amplificadores e Multiplexadores. 13. Cabeamento estruturado e redes Wireless. 14. Noções de segurança: VPN, Firewall, Proxy, Criptografia, Assinatura Digital e Autenticação; configurações em ambientes MS Windows/NT/200X/XP/Vista/7/8/10 e LINUX. 15. UNIX. 16. Instalação e customização de MS Windows/NT/200X/XP/Vista/7/8/10, de distribuições LINUX e demais ambientes baseados em UNIX, Clientes de acesso remoto, Antivírus, suites de escritório (MS Office e Libreoffice) e softwares em rede. DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS: 17. Metodologias de desenvolvimento. 18. Algoritmos. 19. Estruturas de dados. 20. Ferramentas para o desenvolvimento de software e ferramentas CASE. 21. Análise orientada a objetos: Princípios e conceitos do paradigma de orientação a objetos, classes, herança, interfaces, polimorfismo, encapsulamento, coesão, acoplamento, modularidade e reuso. 22. Modelagem de dados. 23. Linguagens Java, Java Script, Python, HTML5, XML e PHP. 24. Integração com ferramentas de gerência de requisitos e configuração. 25. Fluxogramas. 26. Programação estruturada e programação orientada a objetos. 27. Sistemas gerenciadores de banco de dados (MySQL e PostgreSQL) e linguagem SQL. INTERNET: 28. Protocolos de comunicação em seus diversos níveis. 29. Serviços da camada de aplicação do modelo Internet (http, DNS, SMTP, POP3, IMAP, FTP). 30. Navegadores Web: configuração e utilização. 31. Segurança na Internet. 32. Servidores WEB. LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO: 33. Tipos de dados elementares e estruturados. 34. Montadores, compiladores, ligadores e interpretadores. 35. Linguagens de programação Java, C++ e Python. 36. Ambientes de desenvolvimento visual (Java). 37. Ambientes de desenvolvimento WEB (PHP, JSP e Python). MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS: 38. Montagem, instalação e configuração de hardware e periféricos. 39. Configuração de recursos utilizando os sistemas operacionais MS Windows/NT/200X/XP/Vista/7/8/10 e LINUX. 40. Processo de escolha de tecnologias de hardware. 41. Conhecimentos sobre técnicas de armazenamento, backup e mídias. ENGENHARIA DE SOFTWARE: 42. Engenharia de Requisitos. 43. Padrões de Projeto. 44. Testes de Software. 45. Gerenciamento de Projetos de Software. 46. Documentação de software. 47. Qualidade de software - CMMI, ISO e MPS.BR. 48. Processos de desenvolvimento de software: RUP, SCRUM e XP.

CÓD. 03 - ARQUIVISTA

1. Conceitos fundamentais de Arquivologia: origem, histórico, finalidade e função dos arquivos. 2. Classificação de documentos arquivísticos. 3. Princípios e terminologia arquivística. 4. Gestão de documentos aplicados aos arquivos governamentais: diagnóstico; métodos de arquivamento; arquivos correntes e intermediários. 5. Avaliação de documentos de arquivo: ciclo de vida dos documentos de arquivo; transferência, recolhimento e eliminação; tabela de temporalidade de documentos. 6. Protocolo: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos. 7. Análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo. 8. Arquivos permanentes: política de descrição arquivística; instrumentos de pesquisa; normas nacionais e internacionais de descrição arquivística; ações culturais e educativas. 9. Preservação, conservação e restauração de documentos arquivísticos. 10. Acesso à informação pública. 11. Legislação arquivística brasileira. 12. Sistemas de gestão arquivística de documentos digitais e convencionais: planejamento e implantação. 13. Gerenciamento eletrônico de documentos: certificação digital; preservação digital; segurança e sigilo da informação.

CÓD. 04 - AUDITOR

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Princípios fundamentais da Constituição Brasileira de 1988. 2. Direitos e garantias fundamentais. 3. Organização do Estado político-administrativo. 4. Administração Pública na CF/88 (art. 37 a 41). 5. Organização dos Poderes. O Poder Legislativo. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. O Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno. O Poder Executivo e o Poder Judiciário. O Ministério Público. 6. Sistema Tributário Nacional. 7. Finanças Públicas: normas gerais e orçamento público. 8. As Políticas Públicas na CF/88. DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. A evolução do Estado Moderno e o Estado Democrático de Direito. 2. Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. 3. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Administração pública direta e indireta. 4. Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. 5. Ato administrativo: validade, eficácia e auto-executoriedade. Classificação. Mérito do ato administrativo: discricionariedade. 6. Teoria das nulidades no direito administrativo. Vícios do ato administrativo. Ato administrativo nulo, anulável e inexistente. Teoria dos motivos determinantes. 7. Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 8. Poderes da administração. 9. Responsabilidade do Estado. 10. Licitações, contratos e convênios. Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações. Lei Federal nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. Decreto nº 6.170/2007 e alterações. Portaria Interministerial nº 507/2011 e alterações. 11. Regime jurídico: servidor público estatutário, empregado público e ocupante de cargo em comissão. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. 12. Improbidade administrativa. 13. Serviços públicos: conceito, princípios, formas de prestação, classificação; concessão, permissão e autorização. 14. Controle interno e externo da administração pública. 15. Agentes públicos: classificação; preceitos constitucionais. 16. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 e alterações). 17. Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e alterações. DIREITO PENAL: 1. Código Penal Brasileiro: falsidade de títulos e papéis públicos; falsidade documental; fraudes em certames de interesse público; crimes praticados por funcionários públicos contra a administração; crimes contra administração em geral; crimes contra as finanças públicas. CONTABILIDADE GERAL: 1. Conceito, objeto e princípios de contabilidade, segundo a Resolução CFC 750/93 e Resolução CFC 1282/2010. 2. Fatos contábeis. 3. Formalidades da escrituração contábil - ITG 2000(R1)/2014. 4. Lançamentos contábeis. 5. Principais livros e documentos contábeis. 6. Classificação de contas. 7. Regimes contábeis: competência de exercício e de caixa. 8. Apuração do resultado e encerramento do exercício. 9. Demonstrações contábeis e financeiras. 10. Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. CONTABILIDADE PÚBLICA: 1. Legislação e noções gerais: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo CFC (NBCT 16), Lei nº 4.320/1964, Lei nº 10.180/2001, Decreto nº 6.976/2009 (Sistema de Contabilidade Federal) e Portaria MF nº 184/2008, Portaria STN nº 437, de 12/07/2012, e alterações posteriores (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 6ª edição). 2. Princípios de Contabilidade aplicados ao setor público. 3. Receitas e Despesas Públicas: Conceito de receitas públicas; Princípios Orçamentários; Orçamento Anual; Ciclo Orçamentário; Exercício Financeiro; créditos adicionais; orçamento-programa; receita orçamentária e extra orçamentária; classificação por categoria econômica; estágio da receita; dívida ativa; conceito de despesas públicas; despesa orçamentária e extra orçamentária; estágio da despesa; restos a pagar ou dívida passiva; adiantamento ou suprimento de fundos; despesas de exercícios anteriores. 4. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): 4.1. Conceito, objetivo, conta contábil, teoria das contas. 4.2. Aspectos gerais do PCASP. 4.3. Sistema Contábil. 4.4. Registro Contábil. 4.5. Composição do patrimônio público. 4.6. Estrutura do PCASP: atributos, relação de contas, lançamentos contábeis padronizados e conjunto de lançamentos padronizados. 4.7. Lançamentos contábeis típicos. 5. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: 5.1. Balanço orçamentário. 5.2. Balanço financeiro. 5.3. Demonstração das Variações Patrimoniais. 5.4. Balanço patrimonial. 5.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa. 5.6. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. 5.7. Notas explicativas. 5.8. Consolidação das demonstrações contábeis. 6. Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (finalidades, atividades, organização e competências). AUDITORIA: 1. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (artigos 71 a 74 da Constituição Federal). 2. Normas de Auditoria em vigor, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade: Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. 3. Conceito de Auditoria e da pessoa do auditor. 4. Documentação de auditoria. 5. Planejamento da Auditoria. 6. Materialidade e Relevância no planejamento e na execução dos trabalhos de auditoria. 7. Execução dos trabalhos de auditoria. 8. Evidenciação. 9. Amostragem. 10. Utilização de trabalhos da auditoria interna. 11. Independência nos trabalhos de auditoria. 12. Pareceres, relatórios e certificados de auditoria. 13. Normas e Procedimentos de Auditoria emitidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. 14. Auditoria no Setor Público Federal. 15. Finalidades e objetivos da auditoria governamental: Abrangência de atuação; Formas e tipos; Normas relativas à execução dos trabalhos. 16. Tomada e Prestação de Contas. 17. Mudanças tecnológicas na Administração Pública e os sistemas integrados de gestão. 18. NBC TI 01 - Da Auditoria Interna (Resolução CFC 1135/2008).

CÓD. 05 - BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA

1. Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: histórias; campos de estudos; objetos de estudo e relações interdisciplinares. 2. Profissional Bibliotecário: formação; mercado de trabalho; atuação profissional; organismos de classe e legislação. 3. Estudos de usuários e necessidades de informação. 4. Planejamento, organização e gestão de recursos, produtos e serviços de informação em bibliotecas acadêmicas, especializadas e universitárias. 5. Ciclo da informação: produção; registro; seleção; aquisição; organização; disseminação e assimilação. 6. Formação e desenvolvimento de coleções: fundamentos histórico-conceituais; modelos teóricos; políticas; atividades e procedimentos. 7. Tratamento temático da informação: fontes de informação; processos; produtos; instrumentos e usos. 8. Linguagens documentárias: conceitos; finalidades e estruturas; classificações bibliográficas (Classificação Decimal de Dewey e Classificação Decimal Universal); cabeçalhos de assunto e tesouros. 9. Tratamento descritivo da informação: fontes de informação; processos; produtos; instrumentos e usos. 10. Representação descritiva da informação: conceitos; finalidades; estruturas de catalogação; níveis da catalogação; códigos de catalogação; Regras do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2); MARC 21; Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). 11. Serviços de referência: conceitos e finalidades; fontes de informação impressas e eletrônicas; treinamento e educação de usuário; atendimento ao usuário; e Disseminação Seletiva da Informação (DSI). 12. Tecnologias de disseminação da informação: fontes de informação digitais e eletrônicas; dispositivos (entrada, processamento e saída), redes e sistemas de informação; bases e bancos de dados; bibliotecas digitais, eletrônicas e virtuais. 13. Produção e comunicação científica: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; canais formais e informais de comunicação científica; normalização de trabalhos acadêmicos e científicos: conceitos, finalidades e Normas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR/ABNT): NBR 6022/2003, NBR 6023/2002, NBR 6024/2012, NBR 6027/2012, NBR 6028/2003, NBR 10520/2002, NBR 14724/2011 e NBR 15287/2011.

CÓD. 06 - ECONOMISTA

1. Teoria Microeconômica. 2. Teoria Macroeconômica. 3. Economia Brasileira. 4. Economia Monetária. 5. Contabilidade Social. 6. Elaboração e Análise de Projetos. 7. Finanças Públicas. 8. Orçamento Público. 9. Políticas Públicas. 10. Planejamento Estratégico. 11. Organismos Internacionais de Fomento. 12. Controle Interno e Externo. 13. Controle Social. 14. Governança, Accountability e Transparência. 15. Estado e Sociedade. 16. Estatuto e Regimento Geral do IFAL. 17. Auditoria. 18. Ética no Serviço Público. 19. Regimento Jurídico Único do Servidor Público Federal. 20. Mediação.

CÓD. 07 - ENFERMEIRO

1. Diretrizes do SUS e legislação vigente. 2. Vigilância epidemiológica e sanitária. 3. Aspectos éticos e legais na assistência de enfermagem, na pesquisa e extensão. 4. Pacto pela vida, em defesa do SUS e de Gestão - Portaria MS 399/2006. 5. Programa Nacional de Imunização. 6. Gestão de risco e segurança do paciente e/ou usuário. 7. O enfermeiro no gerenciamento de resíduos de saúde. 8. Semiologia e semiótica em enfermagem. 9. Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), coleta de dados, diagnóstico de enfermagem com base na NANDA e/ou na CIPE, implementação e evolução em todos os ciclos vitais (recém-nascidos, crianças, adolescente, mulher, homem e idoso). 10. Documentação, registros e os sistemas de informação em saúde e em enfermagem. 11. A reforma psiquiátrica e suas diretrizes político-assistenciais. 12. Ações de prevenção primária e secundária no controle do câncer. 13. O enfermeiro junto ao usuário, à família e à comunidade nas doenças infectoparasitárias, imunopreveníveis e sexualmente transmissíveis. 14. Medidas de prevenção e controle de infecção em unidades de saúde: desinfecção; assepsia; esterilização de materiais e equipamentos; EPIs. 15. Saúde do trabalhador. 16. Gerenciamento dos serviços de enfermagem. 17. Intervenções de enfermagem ao indivíduo com distúrbios clínicos, cirúrgicos e comportamentais. 18. Comunicação e relacionamento terapêutico. 19. Assistência de enfermagem a pessoas criticamente enfermas. 20. Planejamento da assistência de enfermagem no período pré, trans e pós-operatório. 21. O enfermeiro em situações de urgência e emergência. 22. Programas de controle de doenças e agravos não transmissíveis. 23. Procedimentos de enfermagem no processo de doação e transplante. 24. Legislação do Exercício da Enfermagem: Lei Federal nº 7.498/1986 e Decreto Federal nº 94.406/1987. 25. Código de Ética Profissional. Resolução COFEN nº 311/2007. 26. Educação em Saúde.



CÓD. 08 - JORNALISTA

1. Teorias e conceitos da comunicação e do jornalismo. 2. Estrutura da informação jornalística: tipologia e conceituação. 3. Ética e responsabilidade social no jornalismo. 4. Divulgação científica nos meios de comunicação. 5. Reportagem: pauta, redação e edição jornalística. 6. Conceitos e tipologia das fontes jornalísticas. 7. Assessoria de imprensa: conceitos e teoria. 8. Fatores de interferência na produção da notícia. 9. Ética no fotojornalismo: a construção da imagem.

CÓD. 09 - NUTRICIONISTA

1. Nutrição humana: macronutrientes e micronutrientes. 2. Avaliação Nutricional. 3. Nutrição Clínica. 4. Epidemiologia e prevenção das Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs). 5. Legislação de Alimentos. 6. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC. 7. Boas práticas na produção de alimentos. 8. Composição e valor nutricional dos alimentos. 9. Alterações dos alimentos decorrentes do processamento. 10. Gerenciamento de Unidades de Alimentação e Nutrição.

CÓD. 10 - PEDAGOGO

1. Concepções de Educação. 2. Didática: Teoria e prática na formação docente. 3. Metodologia do processo ensino-aprendizagem: planejamento na educação (educacional, curricular, ensino). 4. Objetivos de ensino: conceitos básicos, classificação e técnicas de elaboração. 5. Conteúdos programáticos: seleção, organização e integração. 6. Metodologia de ensino: métodos, técnicas, procedimentos e recursos didáticos. 7. Avaliação: conceitos básicos e funções. 8. A construção do conhecimento: o processo de conhecimento em sala de aula. 9. Projeto Político-Pedagógico: construção e implementação. 10. Educação e diversidade sociocultural. 11. Avaliação da Educação Básica e Superior. 12. Formação Continuada de Profissionais da Educação. 13. A relação entre educação e trabalho como fundamento para a educação de jovens e adultos. 14. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: contexto, histórico e políticas. 15. Ensino Superior no Brasil: contexto, histórico e políticas. 16. Gestão Democrática da Escola. 17. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 18. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais.

CÓD. 11 - PROGRAMADOR VISUAL

1. Conceituação, fundamentos e história do design. 2. Técnicas básicas de pesquisa de mídia digital e impressa, e sua utilização. 3. Planejamento em Comunicação e Campanha Institucional. 4. Edição de imagens para produção publicitária. 5. Tratamento de imagens e preparação de arquivos em formatos nativos de softwares gráficos. 6. Criação publicitária: briefing e produção de peças e campanhas. 7. Qualidade, tipos e técnicas de impressão gráfica. 8. Domínio dos softwares Photoshop, Dreamweaver, CorelDraw, Illustrator e InDesign. 9. Conhecimento de sistema operacional Windows (todas as versões).

CÓD. 12 - TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

1. Sistema Educacional: legislação; estrutura; organização e competências. 2. Ensino Superior: estrutura e funcionamento; programas e ações de acesso; Lei Federal nº 10.861, de 14/04/2004 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES; Aspectos gerais e contribuições das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação. 3. Educação Básica: estrutura e funcionamento; Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. 4. Gestão, elaboração e coordenação de processos educativos. 5. Desenvolvimento, elaboração e avaliação de projetos. 6. Utilização das tecnologias da informação e comunicação. 7. Currículo: diversidade cultural e inclusão social; concepções; planejamento e organização; teorias. 8. Concepções de avaliação. 9. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 10. Lei Federal nº 13.005, de 25/06/2014 - Plano Nacional de Educação.

DISCIPLINAS COMUNS - CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

PORTUGUÊS

1. Compreensão e interpretação de textos verbais e não verbais: ideias principais e secundárias; inferências - de sentido de uma palavra ou expressão, de uma informação implícita. 2. Tipologia e gênero textuais: finalidade e características principais de textos de diferentes gêneros. 3. Variedade linguística na fala e na escrita: sistema pronominal; emprego de tempos verbais. 4. Semântica: sinonímia e antonímia; homonímia e paronímia; conotação e denotação; ambiguidade. 5. Processo de formação de palavras. 6. Funções da linguagem. 7. Morfologia: substantivo; adjetivo; artigo; pronome (pessoal, de tratamento, demonstrativo, possessivo). 8. Emprego de certas palavras ou expressões: porque, porquê, por que ou por quê; mau ou mal; a ou há; a cerca de ou acerca de; onde ou aonde; a fim de ou afim; mas ou mais. 9. Pontuação. 10. Ortografia oficial.

MATEMÁTICA

1. Os números naturais: ordens e classes; escrita e leitura de números naturais; comparação de números naturais; operações com números naturais; números pares e ímpares; quadrados perfeitos. 2. Os números inteiros: operações com números inteiros; comparação de números inteiros; múltiplos e divisores; critérios de divisibilidade; fatoração; números primos; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum. 3. Os números racionais: frações; comparação de frações; operações com frações; números decimais; comparações de números decimais; operações com números decimais; relação entre frações e números decimais; dízimas periódicas; razões e proporções; porcentagem. 4. Conhecimentos geométricos: características das figuras geométricas planas e espaciais; áreas das figuras planas. 5. Conhecimentos algébricos: equações do primeiro e do segundo graus; sistemas de equações; expressões algébricas. 6. Medidas de comprimento, tempo, massa, capacidade, área e velocidade. 7. Noções básicas de Estatística: tabelas; gráficos; média, moda e mediana de uma série de dados.

INFORMÁTICA

1. Conceitos relacionados a hardware, software, computadores e periféricos. 2. Conceitos relacionados ao ambiente Microsoft Windows (versão 10), uso do ambiente gráfico, aplicativos, acessórios, execução de programas e suas funcionalidades: ícones, teclas de atalho, janelas, menus, arquivos, pastas e programas. 3. Conceitos e conhecimentos na utilização das ferramentas, recursos dos pacotes de aplicativos LibreOffice (versão 5) e Microsoft Office (versão 2016): editores de texto, de planilhas de cálculo/eletrônicas, de apresentações e gerenciador de e-mails. 4. Conceitos e utilização de internet: navegadores (Internet Explorer 11 e Mozilla Firefox 46); sites de busca e pesquisa; redes sociais; produção, manipulação e organização de e-mails. 5. Conceitos básicos de tarefas e procedimentos de informática: armazenamento de dados; organização e gerenciamento de arquivos; pastas e programas; compartilhamentos e impressão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CÓD. 13 - AUXILIAR DE BIBLIOTECA

1. Biblioteca, centro de documentação e sistema de recuperação de informação. 2. Auxiliar de biblioteca: formação; atuação e legislação. 3. Bibliotecas acadêmicas, universitárias e especializadas: conceitos; finalidades; acervos; usuários; mobiliários; materiais permanentes; materiais de consumo; e estruturas organizacionais. 4. Principais fontes de informação impressas e eletrônicas. 5. Formação e desenvolvimento de coleções: estudo de usuário; seleção; aquisição; avaliação e desbastamento. 6. Noções de tratamento da informação: registro; catalogação; classificação (Classificação Decimal de Dewey e Classificação Decimal Universal); indexação; notação de autor; carimbo e etiquetagem. 7. Noções de organização da informação: arranjos de estantes; armazenamento de fontes de informação e arquivamento de fichas em catálogos (autor, título e assunto). 8. Circulação de fontes de informação: empréstimo; devolução e reserva. 9. Atendimento e orientação aos usuários. 10. Preservação e conservação de fontes de informação.

CÓD. 14 - AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO

1. Gestão de arquivos. 2. Protocolo e movimentação de documentos. 3. Relações interpessoais. 4. Atendimento ao público. 5. Noções de administração: planejamento, direção, execução e controle. 6. Noções de gestão de projetos. 7. Noções de procedimentos operacionais. 8. Noções de orçamento e finanças públicas. 9. Noções de administração pública: princípios e atos administrativos. 10. Noções de compras públicas. 11. Noções de patrimônio. 12. Noções de sistemas de informação. 13. Noções de recursos humanos. 14. Acesso à informação no setor público. 15. Redação Oficial. 16. Estatuto e Regimento Geral do IFAL. 17. Ética no serviço público.

ANEXO II

MODELO DE FORMULÁRIO - PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO CANDIDATOS CONCORRENTES ÀS VAGAS RESERVADAS A DEFICIENTES (Subitem 4.6, alínea "b")
Via do Candidato

Nome completo do candidato:				Identidade:		Órgão Emissor:	
CPF:				Número de inscrição:		Data de entrega:	
Cargo de concorrência:				Data de entrega:		Hora de entrega:	
Quantidade de páginas entregues e rubricadas pelo candidato:							
Discriminação dos documentos entregues:							
Comprovante de inscrição emitido pelo sistema de inscrições da COPEVE/UFAL, impresso e assinado pelo candidato, constando o mesmo cargo e inscrição informados na etiqueta do envelope, conforme descrito no subitem 4.11;							
Cópia do documento oficial com foto e do CPF do candidato;							
Laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos 90 (noventa) dias por médico especialista na deficiência apresentada, atestando a espécie e o grau da deficiência com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças (CID - 10), bem como à provável causa da deficiência.							
Responsável pela entrega:				Candidato - Procurador (procuração anexa)			
Observações:							
Responsável pela entrega:				Responsável pelo recebimento:			



Via da COPEVE/UFAL.

Nome completo do candidato:		Identidade:		Órgão Emissor:	
CPF:		Número de inscrição:		Data de entrega:	
Cargo de concorrência:		Data de entrega:		Hora de entrega:	
Quantidade de páginas entregues e rubricadas pelo candidato:					
Discriminação dos documentos entregues:					
Comprovante de inscrição emitido pelo sistema de inscrições da COPEVE/UFAL, impresso e assinado pelo candidato, constando o mesmo cargo e inscrição informados na etiqueta do envelope, conforme descrito no subitem 4.11;					
Cópia do documento oficial com foto e do CPF do candidato;					
Laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos 90 (noventa) dias por médico especialista na deficiência apresentada, atestando a espécie e o grau da deficiência com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças (CID - 10), bem como a provável causa da deficiência.					
Responsável pela entrega:		Candidato - Procurador (procuração anexa)			
Observações:					
Responsável pela entrega:		Responsável pelo recebimento:			

ANEXO III

CALENDRÁRIO DO CONCURSO PÚBLICO

EVENTO	DATAS PROVÁVEIS
Publicação do Edital	13/05/2016
Inscrições	13/05/2016 a 12/06/2016
Pagamento da taxa de inscrição	13/05/2016 a 13/06/2016
Solicitação de isenção de taxa de inscrição	13/05/2016 a 21/05/2016
Resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	30/05/2016
Prazo para recurso contra resultado preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	31/05/2016
Resultado final das solicitações de isenção de taxa de inscrição	09/06/2016
Prazo para entrega de requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	13/05/2016 a 13/06/2016
Divulgação do resultado preliminar dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	01/07/2016
Prazo para recurso contra o resultado preliminar de condição especial para realização da Prova Objetiva	04/07/2016 a 06/07/2016
Divulgação do resultado final dos requerimentos de condição especial para realização da Prova Objetiva	15/07/2016
Prazo para entrega de documentação comprobatória para concorrer às vagas destinadas a deficientes	13/05/2016 a 13/06/2016
Publicação da relação de candidatos com inscrições deferidas para concorrer às vagas destinadas a deficientes	05/08/2016
Disponibilização de cartão de inscrição da Prova Objetiva	18/10/2016
Aplicação da Prova Objetiva	23/10/2016
Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva	27/10/2016
Prazo para recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva	28/10/2016 a 30/10/2016
Resultado Final do Concurso Público	09/12/2016

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 33/2015

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo nº 23041012721201576, publicada no D.O.U de 28/01/2016. Objeto: Pregão Eletrônico - Fornecimento e instalação de plataforma elevatória para pessoas com deficiência para o ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES. Novo Edital: 13/05/2016 das 08h00 às 12h00 e d13h00 às 17h00. Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos Jatiúca - MACEIO - ALENTEGA das Propostas: a partir de 13/05/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/05/2016, às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br.

ENOCH FREITAS DA SILVA
Pregoeiro

(SIDE - 12/05/2016) 158147-26402-2016NE800034

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

EXTRATOS DE RESCISÃO

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Substituto nº 008/2014. Processo nº 23228.500243/2014-98. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Contratado: JALME FERREIRA DE MOURA, Cargo: Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico Substituto, Matrícula SIAPE: 2121998. Objeto: Rescisão de Contrato de Trabalho por prazo determinado de Professor Substituto. Fundamentação Legal: inciso I, art. 12 da Lei nº 8.745/93. Data de Rescisão: 11/05/2016.

RESCISÃO - Contrato de Trabalho por Prazo Determinado de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Substituto nº 005/2014.

Processo nº 23228.500240/2014-07. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Contratada: SUELEN CARVALHO MOTA, Cargo: Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico Substituto, Matrícula SIAPE: 2122092. Objeto: Rescisão de Contrato de Trabalho por prazo determinado de Professor Substituto. Fundamentação Legal: inciso I, art. 12 da Lei nº 8.745/93. Data de Rescisão: 11/05/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 12/2016 UASG 158150

Nº Processo: 23228000466201611. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material permanente e de consumo ? aparelhos, equipamentos e materiais para esporte e diversões Total de Itens Licitados: 00075. Edital: 13/05/2016 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Rodovia Br-210, Km-03, S/n Brasil Novo - MACAPÁ - AP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158150-05-12-2016. Entrega das Propostas: a partir de 13/05/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/05/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

RAILAN ANDREISON AMORAS DE FREITAS
Pregoeiro

(SIDE - 12/05/2016) 158150-26426-2016NE800044

CAMPUS MACAPÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2016 - UASG 158159

Nº Processo: 23228000512201682.
PREGÃO SRP Nº 4/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - CAMPUS MACAPÁ. CNPJ Contratado: 10556221000102. Contratado: K S S NASCIMENTO - ME -Objeto: Serviços de fornecimentos de refeições prontas (almoço) self-servic, com acondicionamento apropriados em estufas. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislações vigentes. Vigência: 13/05/2016 a 12/05/2017. Valor Total: R\$191.680,00. Fonte: 100000000 - 2016NE800097. Data de Assinatura: 11/05/2016.

(SICON - 12/05/2016) 158150-26426-2016NE800044

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS-ZONA LESTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 158444

Número do Contrato: 2/2015.
Nº Processo: 23073000233201549.
PREGÃO SISPP Nº 2/2015. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DO. CNPJ Contratado: 17142572000108. Contratado: AUTO POSTO GASPETRO COMERCIO DE -DERIVADOS DE PETROLEO L. Objeto: Prorrogação de 90 (noventa) dias do prazo do contrato de fornecimento de combustíveis para os veículos do ifam-cmzl. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Parecer PF/IFAM n. 290/2016. Vigência: 24/04/2016 a 23/07/2016. Data de Assinatura: 24/04/2016.

(SICON - 12/05/2016) 158444-26403-2016NE800058

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 55/2016 - UASG 158444

Número do Contrato: 18/2012.
Nº Processo: 23073000111201218.
PREGÃO SISPP Nº 13/2012. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DO. CNPJ Contratado: 13511850000104. Contratado: G B DA ROCHA - EPP - Objeto: Prorrogação de 04 (quatro) meses no prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de manutenção e limpeza e locação de mão de obra. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Parecer PF/IFAM n.310/2016. Vigência: 30/04/2016 a 30/08/2016. Data de Assinatura: 30/04/2016.

(SICON - 12/05/2016) 158444-26403-2016NE800058

CAMPUS PARINTINS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 4/2016 UASG 158560

Nº Processo: 23384000170201606. Objeto: Inscrição para o Curso de Java - Fundamentos Desenvolvimento de Sistemas. Inscrição do Professor Hudson da Silva Castro. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Conforme memorando nº 008/2016 - CCTADM/CGE/DEPEP/IFAM-CPIN. Declaração de Inexigibilidade em 12/05/2016. DANILON RIBEIRO PONTES. Coordenador de Compras e Licitações. Ratificação em 12/05/2016. GUTEMBERG FERRARO ROCHA. Ordenador de Despesas. Valor Global: R\$ 1.920,00. CNPJ CONTRATADA : 03.508.097/0001-36 REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP.

(SIDE - 12/05/2016) 158560-26403-2016NE800002

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA BAIANOEXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 14/2016 UASG 158129

Nº Processo: 23327000725201696. Objeto: Pagamento de inscrição de servidores para participação no Seminário Nacional: Terceirização de serviços de limpeza, vigilância, conservação e portaria, a ser realizado pela JML Consultoria e Eventos, nos dias 17 a 19/05/2016 na Cidade de Salvador. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 08/04/2016. JOSE RIBAMAR SIMAO DA SILVA FILHO. Chefe do Núcleo de Compras. Ratificação em 12/05/2016. DENILSON SANTANA SODRE DOS SANTOS. Reitor Substituto. Valor Global: R\$ 9.150,00. CNPJ CONTRATADA : 07.777.721/0001-51 MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA - EP

(SIDE - 12/05/2016) 158129-26404-2016NE800043